



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**A BBT-UFV E SUA IMPORTÂNCIA PARA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003:  
BREVE PESQUISA DE ACERVO**

MARIA APARECIDA MIRANDA JOSÉ

**Orientador:** Prof. Dr. Adélcio de Sousa Cruz

VIÇOSA – MINAS GERAIS  
DEZEMBRO, 2019

**MARIA APARECIDA MIRANDA JOSÉ**

**A BBT-UFV E SUA IMPORTÂNCIA PARA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003:  
BREVE PESQUISA DE ACERVO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Adélcio de Sousa Cruz

VIÇOSA – MINAS GERAIS

DEZEMBRO, 2019

**MARIA APARECIDA MIRANDA JOSÉ**

**A BBT-UFV E SUA IMPORTÂNCIA PARA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003:  
BREVE PESQUISA DE ACERVO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

APROVADA: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ .

Assentimento

---

Maria Aparecida Miranda José

Autora

---

Prof. Dr. Adélcio de Sousa Cruz

Orientador

**Dedico essa monografia ao meu pai José Miguel Miranda (em memória), à minha mãe Dona Divina pelo apoio e dedicação, em todos os momentos. Ao meu filho, Willy Lincoln, por ter me dado muita força e impulso para prosseguir.**

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, que é fonte de toda sabedoria, por sempre estar ao meu lado e por me proporcionar vida e saúde para a realização deste trabalho. Aos meus pais, meu pai José Miguel (em memória), por sempre ressaltar a importância dos estudos em nossas vidas, e a minha mãe Divina, pelo amor incondicional, dedicação e por sempre fazer tudo que estava ao seu alcance visando o meu bem estar. E por terem sido exemplos consistentes de dignidade e honestidade.

Ao meu filho, Willy Lincoln pelo incentivo, paciência, dedicação, confiança e por me apoiar em tudo que desejo fazer.

Ao orientador Adélcio de Sousa Cruz pela competência, paciência na condução da orientação e por ter me impulsionado com seus sábios encaminhamentos para a finalização deste trabalho. E por ter confiado em mim, mais do que eu mesma. Obrigada pela paciência, compreensão, empenho, dedicação e pelo seu profissionalismo, sempre pronto a ajudar.

Quero agradecer também a todos os professores que fizeram parte da minha formação e que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial ao professor Sales Augusto dos Santos e Jeferson Boechat Soares. E as professoras Daniela Alves e Natália Fontes Oliveira pelas contribuições que foram imprescindíveis para o desdobramento deste trabalho.

Aos amigos que conquistei na trajetória acadêmica: Diego Willian (em memória), Carolina Assis, Angélica Silvestre, Marina Louback, Thiago Abrantes, Maísa dos Anjos, Marynara Belico, Ana Paula Costa, Giussepe Giannini, Rafânia, Francielle Lemos, Francielly, Ana Cristina, Fábio Durso, Edson Arruda, Luciano Rodrigues, Warley, Mateus Otávio, a partilha da amizade e troca de conhecimentos foram muito significativas para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Aos meus amigos e amigas, Maria Baião, Eni Miranda, Luzia Rosado, Luciana Moraes, Luziene Gomes, Dionisia Costa, Elisabeth Duvall, Simone Comastri, Luciana, Viviane Apolinário, Marta Gomes, Elisabeth Idelfonso, Andreia Lehner, Adma Portes, Giovana Veloso, Ricardo Fonseca, Sandra H. Lourenço, Marília Eduarda, Maria Regina, José Carlos, Neide Jacovine, Rosélia Pinto, Regiane Barbosa, Rosângela Bernado, Rosângela Gerásia, Adma Portes Cidinha Teixeiras, Cida Neves. Giovana Veloso.

Ao meu tio Paulo, minhas tias, Maria Helena, Maria Rita, Noêmia, Maria Aparecida, Carmen Lúcia.

Aos meus primos e primas, Nelson Miranda, Elson Miranda, Luziene Gomes, Vanderlene, Leninha, Alessandra, Arlene, Ailton, Claudio, Claudenilson, Arlindo, Luizinho, Silvania, Gerson, Sueli, Isabel, Ednei Adão, Edmar, Maria Margarida, Lena, Rita, Rosangela, Bel.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, fazem parte da minha vida e história.

A todos vocês meu carinho e muitíssimo obrigada!

**O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra (...). Além disso, esta memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos cotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação das riquezas econômica e social e da identidade nacional (Kabengele Munanga).**

**Primeiro muda-se a forma como as pessoas pensam e as coisas não serão mais as mesmas (Steve Biko).**

**[...] Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados (Kabenguele Munanga).**

**Temos que levar adiante as conquistas necessárias para assegurar os direitos básicos.**

**Direito a vida, a dignidade e o direito de ser o que somos. Temos que reconhecer e ensinar que os índios e os negros não desapareceram, apesar de todo massacre existente. Não desapareceram por causa da cultura e da espiritualidade. Educar as futuras gerações para que a gente passe realmente a construir uma sociedade com mais condições e agente poder ter essas diferenças e que elas não possam significar separação e ódio (Marcos Terena – Durban África do Sul, 2001)**

## RESUMO

JOSÉ, Maria Aparecida Miranda, Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2019. **A BBT-UFV e sua importância para aplicação da lei 10.639/2003: breve pesquisa de acervo.** Orientador: Adélcio de Sousa Cruz.

O presente trabalho aborda a relevância da biblioteca pública universitária como unidade de informação imprescindível a sociedade, servindo de subsídio às práticas educacionais e informacionais das funções a serem desempenhadas. O objetivo principal da pesquisa foi realizar uma análise do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa, no que concerne à existência de um acervo que contemple e auxilie nas atribuições da Lei 10.639/03. Assim, servindo de subsídio às práticas educacionais, visando contribuir com o aprendizado de estudantes, professores e comunidade em geral, auxiliando no cumprimento da Lei, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino regular de todo país. O acervo é formado por livros, monografias, dissertações, teses, obras de referência e periódicos, que discorrem sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, as relações étnico-raciais e a diversidade étnica. O aporte teórico fundamenta-se em revisão de literatura de autores que discutem o tema, procurando identificar os títulos referentes à temática em questão. Na realização do estudo, optamos por uma pesquisa na base de dados do site da instituição.

**Palavras-chave:** BBT-UFV, Lei Federal 10.639/09, Educação, Movimento negro, Racismo.



## **ABSTRACT**

JOSÉ, Maria Aparecida Miranda, Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2019. **Central library of the UFV and its importance for law enforcement 10.639/2003: a brief collection search.** Adviser: Adélcio de Sousa Cruz.

The present work addresses the relevance of the public university library as a unit of information essential to society, serving as a subsidy to the educational and informational practices of the functions to be performed. The main objective of the research was to carry out an analysis of the collection of the Central Library of the Universidade Federal de Viçosa, with regard to the existence of a collection that contemplates and helps in the attributions of Law 10.639 / 03. Thus, serving as a subsidy to educational practices, aiming to contribute to the learning of students, teachers and the community in general, helping to comply with that law, which made the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture mandatory in public and private schools of education throughout the country. The collection consists of books, monographs, dissertations, theses, reference works, and periodicals, which discuss Afro-Brazilian and African History and Culture, ethnic-racial relations and ethnic diversity. The theoretical contribution is based on a literature review by authors who discuss the theme, seeking to identify the titles referring to the theme in question. In carrying out the study, we opted for a search in the database of the institution's website.

**Key words:** BBT-UFV; Federal law 10.639/09; Education; Black Movement; Racism.

## **LISTA DE SIGLAS**

**APCN** - Apresentação de Propostas de Cursos Novos

**BBT-UFV** - Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa

**CAp-COLUNI** - Colégio de Aplicação COLUNI

**DCN** - Diretrizes Curriculares Nacionais

**FNB** - Frente Negra Brasileira

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** – Ministério da Educação

**MNU** - Movimento Negro Unificado

**NEAB** - Núcleos de Estudos Afro-brasileiros

**PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais

**SECAD** - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

**SEPPIR** - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

**TEM** - Teatro Experimental do Negro

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### CAPÍTULO III

- Figura 1:** Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa (BBT-UFV), Minas Gerais. Fonte: UFV, 2019..... 47
- Figura 2:** Parte do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa (BBT-UFV), Minas Gerais. Fonte: UFV, 2019. .... 48

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** Instituições da rede pública e privada da cidade de Viçosa, MG, usadas para levantamento de dados iniciais para o desenvolvimento da pesquisa. .... 16
- Tabela 2:** Termos utilizados como palavras-chave, descritores e/ou conceitos relativos ao campo da temática racial e educação para busca no acervo da BBT-UFV, realizada no período de Setembro de 2019 a Novembro de 2019..... 20

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2. OBJETIVO GERAL</b>	<b>18</b>
<b>2.1. Objetivos Específicos</b>	<b>18</b>
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>19</b>
<b>4. CAPÍTULO I</b>	<b>22</b>
<b>4.1. Introdução</b>	<b>23</b>
<b>4.2. Histórico sobre a escravidão, a educação, a Lei 10.639/03 e o Movimento Negro 24</b>	
<b>4.3. Percurso sobre a Lei 10.639/03</b>	<b>28</b>
<b>5. CAPÍTULO II</b>	<b>30</b>
<b>5.1. Introdução</b>	<b>31</b>
<b>5.2. Articulação com a formação dos professores para a implementação da Lei 10.639/03</b>	<b>36</b>
<b>5.3. Sobre as referências bibliográficas disponíveis na BBT-UFV a respeito da Cultura Africana e Afro-brasileira</b>	<b>40</b>
<b>6. CAPÍTULO III</b>	<b>45</b>
<b>6.1. Introdução</b>	<b>46</b>
<b>6.2. Resultados</b>	<b>47</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>50</b>
<b>8. REFERÊNCIAS</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO – Lista dos títulos encontrados no acervo da BBT-UFV durante a pesquisa do acervo bibliográfico</b>	<b>58</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A educação é vista como primordial para o desenvolvimento do ser humano, onde se forma a consciência de cidadania. A partir deste entendimento é que a Lei 10.639/03 passa a ser um instrumento eficaz na construção de uma nova educação. A aplicação da Lei 10639/03 no contexto da educação vem com o intuito de quebrar com o paradigma que torna invisível a contribuição da população afrodescendente para sociedade brasileira.

O livro de Nilma Lino Gomes, *Movimento Negro Educador* (2017), ressalta a importância desse movimento social específico na luta por acesso à educação, pois trata da busca pela emancipação dessa população, desde a chegada dos primeiros negros ao país, mostrando a trajetória de lutas empreendidas pelo Movimento Negro para garantir igualdade de tratamento e cidadania. Para essa autora a história da população negra foi marcada por desigualdades que se verificam até os dias atuais, principalmente no que concerne à educação do povo negro. Seu conteúdo aborda as reivindicações do movimento negro por uma educação igualitária, com a finalidade de proporcionar um novo olhar. Nesse mesmo livro, a autora faz um resgate desse processo, passando, por exemplo, pela Frente Negra Brasileira (FNB) no início do século XX, do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias Nascimento em 1944, que produzia muitos espetáculos com a temática do negro, do Movimento Negro Unificado (MNU), o qual inicia também uma rearticulação do Movimento Negro a partir da pauta pelas Ações Afirmativas, que tem trazido muitos resultados para a inclusão da população negra na sociedade brasileira. Segundo a autora, a Lei 10.639/03 é uma luta do Movimento Negro comprometido com uma educação, que contemple a diversidade do povo brasileiro, para que negros e negras tenham oportunidades e direitos iguais dentro dessa sociedade (GOMES, 2017).

Busca-se, desse modo, minimizar e resolver um problema sério de desigualdade racial, que vem desde a Abolição da escravatura. Ao longo dos anos, muitas políticas públicas vêm sendo implantadas para dar conta das dívidas históricas existentes com a população negra, que apesar de ser maioria no Brasil, ainda enfrenta preconceitos, em todos os seguimentos da sociedade, seja na busca no campo do trabalho, na saúde, na educação, e em muitos outros. Os movimentos negros desde a década de 1970 lutam para incluir a história do negro no currículo escolar, alertando para a evasão escolar, pela questão do racismo presente nos livros didáticos, além de alertarem sobre falta de conteúdos que valorizassem a identidade negra no currículo escolar. O que foi denominado/identificado por Nilma Lino Gomes (2017) como “Movimento Negro Educador”, e dá por intermédio de um corpo

docente negro e que, ainda segundo a pesquisadora, tem sido o principal ator de mudanças, nos mais diferentes espaços da escola, fazendo diversas intervenções para combater a discriminação racial, tanto no currículo quanto no ambiente escolar (GOMES, 2017).

O Movimento Negro foi principal ator político, na luta antirracista, sendo responsável fundamental pela entrada da Lei 10.639 no cenário educacional. Nas décadas de 30 e 40, o movimento já fazia suas reivindicações pelo acesso do negro ao sistema formal de ensino. Os militantes buscavam aliados dentro da escola, na luta pela valorização da identidade negra. A Lei 10.639/03 completou 17 anos em janeiro de 2020 e, segundo Sales Augusto dos Santos, já foi implantada, mas o que falta é ser devidamente implementada. Ainda de acordo com Santos, a maior dificuldade é colocar em prática o que é preconizado por essa Lei (SANTOS, 2005ab).

Ao longo dos anos muitas políticas públicas vêm sendo implantadas para dar conta das dívidas com a população. A sociedade brasileira, especificamente a população negra, ainda hoje tem muitas dificuldades para lidar com a constante presença do racismo, do preconceito e da discriminação étnico-racial da população negra. Este problema foi identificado também por Florestan Fernandes:

(...) um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que a escola seja, de fato, um instrumento de afirmação de uma identidade pluricultural. O ensino de história, ao priorizar a construção da identidade nacional, tem sido bastante omisso no tocante à valorização das culturas das minorias étnicas. Constatamos, também, que a falta de conhecimento das peculiaridades e das especificidades regionais, em um país de continentais dimensões, bem como dos elementos referenciais das culturas silenciadas de índios, negros e imigrantes nos currículos escolares têm contribuído para a formação de preconceitos e estereótipos por parte dos próprios brasileiros. Isso em nada contribui para a construção de uma sociedade democrática que todos almejamos, onde as diferenças raciais e culturais não se constituam em motivo de discriminação social, mas sim em instrumento possibilitador da construção de uma nova identidade nacional, assentada no pluralismo cultural (FERNANDES, 2005, p. 386).

Neste contexto, da busca pela inclusão via o campo educacional:

[...], as bibliotecas públicas possuem como missão política e civilizadora a tarefa de colaborar para a difusão e visibilidade dos vários signos que se originam de nossas práticas culturais, sem se levar em consideração critérios ligados à etnia, crença religiosa, condição financeira, questões sexuais ou políticas, a fim de colocá-los a serviço de toda uma coletividade. Missão que, se analisada com acuidade que merece nos permite demonstrar que as bibliotecas públicas, tal qual, outros “lugares de memória”, se apresentam como palcos que encenam a dramaturgia da sociedade (SILVEIRA, 2010, p.80).

E ainda segundo Kabenguele Munanga:

[...] Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005).

Assim, a Lei 10.639/2003 determina que seja obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do ensino regular, fundamental e médio, de todo país. Sendo que as bibliotecas de modo geral têm relação direta com a prática dessa Lei, por ser um dos principais ambientes de disseminação de conhecimentos e por disponibilizar recursos de materiais que atendem alunos, professores e ao público em geral. Esses materiais são importantes para a valorização étnico-racial dos grupos de negros, negras e também dos povos indígenas (tema acrescido pela Lei 11.645/2008). As bibliotecas precisam estar preparadas e atentas para acompanhar e atualizar, sempre que possível, o seu acervo em relação às temáticas contemporâneas. Dessa forma, são importantes para ajudar a construir e disseminar conteúdos, como a temática sobre a África e o negro no Brasil, contribuindo para a construção da igualdade racial e colaborando a favor de uma educação antirracista.

O estudo sobre a história e cultura Afro-brasileira e Africana insere um processo de luta pela superação do racismo e desigualdade, impulsionando grandes mudanças na escola e na sociedade, estimulando valores e comportamentos de respeito e solidariedade com outras culturas. O Movimento Negro passou a exigir do sistema educacional formal o reconhecimento e a valorização da história dos afrodescendentes de africanos e o respeito à diversidade, identificando na educação a possibilidade de construir uma identidade negra positiva e a possibilidade da população negra ascender socialmente. O contrário disso costuma deixar lacunas no que diz respeito ao combate ao racismo e ao conhecimento da História da África e dos afrodescendentes, resultado que inviabiliza a efetivação total da Lei.

Pensando nisso, a partir de um levantamento prévio realizado em algumas escolas da cidade de Viçosa, estado de Minas Gerais (Tab. 1) na busca de compreender como a legislação dialoga com essas escolas e se as mesmas possuíam recursos materiais, levando em conta o que é exigido pela Lei 10.639/03, foi possível constatar com os dados de uma das escolas selecionadas (CAp-COLUNI), que existe tanta falta de informação quanto de formação e conhecimento relacionado à Lei 10.639/03. Muitos educadores não sabiam do que se tratava a referida lei. Além disso, observou-se uma escassez de recursos, pois não



havia materiais didáticos suficientes dentro das escolas. Mesmo os materiais que estavam disponíveis, além do reduzido número, eram bastante superficiais. Assim, devido essa clara falta de recurso dentro das instituições de ensino levantou-se o interesse em saber se a Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa (BBT-UFV) também possuía os recursos necessários e primordiais à aplicação da Lei 10.639/2003 e, conseqüentemente, da presença de material adequado e voltado para a questão racial dentro do espaço universitário, para se colocar em prática o que é preconizado por essa Lei para a formação de professores, alunos, e demais usuários que buscam pela temática.

**Tabela 1:** Instituições da rede pública e privada da cidade de Viçosa, MG, usadas para levantamento de dados iniciais para o desenvolvimento da pesquisa.

<b>Instituição</b>	<b>Localização</b>	<b>Sistema de Ensino</b>
Colégio de Aplicação COLUNI (CAp-COLUNI)*	<i>Campus</i> Viçosa da Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Público
Escola Estadual Effie Rolfs	<i>Campus</i> Viçosa da Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Público
Escola Estadual Dr. Raimundo Alves torres	Centro de Viçosa	Público
Sistema de ensino Anglo	Centro de Viçosa	Privado
Colégio Nossa Senhora Do Carmo	Centro de Viçosa	Privado
Escola Estadual José Lourenço de Freitas	São Jose do Triunfo, distrito de Viçosa	Público

**Nota:** \*Instituição que teve os dados analisados para o levantamento inicial.

Como base no levantamento inicial e das observações dos pesquisadores citados previamente, o questionamento fundamental que baseou o desenvolvimento do presente trabalho foi: “A BBT-UFV possui um acervo que contemple aos usuários, sejam estes, alunos, professores, demais interessados e sociedade em geral, no que se refere à temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, atendendo as exigências da referida Lei 10.639/2003?” Dessa forma, o trabalho foi realizado com base em um levantamento bibliográfico no acervo da BBT-UFV das obras que tematizavam africanidades, buscando identificar nesse acervo, quais são os conteúdos oferecidos aos (às) usuários (as) em relação à temática. A partir deste contexto que a presente pesquisa se propõe a refletir sobre o processo de implementação da Lei na BBT-UFV, servindo de base para aplicação em outras bibliotecas.

Assim este trabalho é fruto da pesquisa de conclusão do curso de Ciências Sociais, cujo objetivo é compreender se a BBT-UFV fornece em seu acervo acesso aos materiais e recursos informacionais que colaboram para o desenvolvimento crítico, social e cultural dos

indivíduos, no que preconiza a Lei 10.639/03 nas questões referentes a educação para a diversidade. Para tanto, teoricamente, utilizamos, especialmente, do apoio dos seguintes autores: Sales Augusto dos Santos, Kabengele Munanga, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Nilma Lino Gomes, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, dentre outros. Todos com uma vasta contribuição no campo da pesquisa científica voltada para a temática do presente trabalho.

Neste trabalho busca-se também refletir sobre a importância da Lei 10.639/03 e da BBT-UFV no processo de transformação da sociedade brasileira e na formação de profissionais da educação, principalmente do município de Viçosa/MG. Reiteramos que o objetivo principal foi identificar a presença dos materiais disponíveis como, livros, publicações em periódicos, teses, dissertações, monografias, literatura e revistas, artigos científicos, etc., que abordem temas para orientar a reeducação das relações étnico-raciais ou história e cultura africana e afro-brasileira.

Assim, esta monografia foi desenvolvida em três capítulos, sendo que o primeiro Capítulo aborda sobre a educação e a resistência histórica. O segundo capítulo trata sobre a Lei 10.639/03 e sua importância para o currículo escolar. Em fim, o capítulo três apresenta o ponto central da pesquisa em relação ao levantamento feito no banco de dados da BBT-UFV e seus resultados.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Realizar um levantamento do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa (BBT-UFV) nos diversos suportes, para verificar se existem referências bibliográficas para o cumprimento da Lei 10.639/03 e apontar a relevância da existência de obras relacionadas à educação para as relações étnico-raciais.

### **2.1. Objetivos Específicos**

- Analisar se existe uma quantidade significativa de obras referentes à educação para as relações étnico-raciais;
- Investigar se as referências bibliográficas disponíveis na BBT-UFV estão de acordo com as exigências legais;
- Identificar a quantidade de títulos referente à temática em questão;
- Verificar se o acervo representa o multiculturalismo brasileiro.

### 3. METODOLOGIA

O instrumento de coleta foi uma pesquisa bibliográfica realizada no banco de dados da Biblioteca Central Professor Antônio Secundino de São José (BBT-UFV) é um órgão suplementar da Universidade Federal de Viçosa (UFV), localizada na cidade de Viçosa-MG, que foi criada em 1969, sendo vinculada administrativamente à Pró-Reitoria de Ensino e regimentada pela Resolução no 05/93 do Conselho Universitário da UFV.

A pesquisa foi realizada de forma online através do link da BBT-UFV (Fonte: <https://pergamum.ufv.br/biblioteca/index.php>). Para isso, foi realizado um levantamento na Base de Dados, com uma busca intensa para verificar a existência de livros, artigos científicos, monografias, teses e legislações, publicações em periódicos, dissertações, monografias, literatura e revistas, entre outros, com o objetivo principal de identificar a presença de materiais no acervo da instituição, que contemplassem o que é preconizado pela lei 10.639/03.

A metodologia empregada caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que aborda questões sobre a diversidade étnica na biblioteca relacionada à Lei nº 10.639/03 e referentes ao acesso aos materiais e recursos informacionais. Assim, com a intenção de descobrir quanto material havia disponível para atender ao interesse de alunos, professores e aos usuários em geral, e que fossem relativos aos temas tratados pela Lei 10.639/03, no tocante à História e Cultura e Afro-brasileira e Africana.

A busca foi realizada pelo uso de palavras-chave, descritores e/ou conceitos relativos ao campo da temática racial e educação, para tentar obter um resultado do acervo bibliográfico relativos aos temas tratados pela Lei 10.639/03 que contemplassem a temática. Assim, o período da parte prática da pesquisa ocorreu do final de setembro ao final de novembro de 2019. Na busca foi usado o maior número possível de termos, para que tornassem “visível” dentro do acervo da BBT-UFV, as publicações e referências sobre o foco deste trabalho. A seguir, na tabela 2, estão listados em ordem alfabética todos os termos utilizados nas buscas.

**Tabela 2:** Termos utilizados como palavras-chave, descritores e/ou conceitos relativos ao campo da temática racial e educação para busca no acervo da BBT-UFV, realizada no período de Setembro de 2019 a Novembro de 2019.

<b>Termos usados para a consulta bibliográfica</b>			
Abolicionismo	Cultura afro-brasileira	História e cultura africana	Poesia africana
África	Cultura negra	Identidade	Políticas de promoção de igualdade racial
Africana	Danças africanas	Identidade nacional	Povos africanos
Africanismo	Decolonial	Identidade negra	Preconceito racial
Africanos	Democracia racial	Igualdade racial	Presença do negro no sistema educacional brasileiro
Afro-brasileira	Desigualdades raciais	Impérios africanos	Preto
Afrodescendente	Diáspora	Juventude e diversidade étnico racial	Processo descolonizador
Afrodescendentes	Discriminação do negro	Lei 10.639/03	Quilombo dos Palmares
Afro-educação	Discriminação dos negros	Literatura africana	Quilombolas e quilombos
Alforria	Discriminação racial	Literatura afro-brasileira	Quilombos
Autores africanos	Diversidade cultural	Macumba	Raça Racismo
Autores africanos	Diversidade e Inclusão Educacional	Movimento Negro	Racismo
Autores-afro	Diversidade étnica	Mulheres negras	Racismo discursivo
Biblioteca especializada	Diversidade étnico-racial	Negra, Multiculturalismo	Racismo em livros didáticos
Biblioteca pública universitária	Diversidade nas bibliotecas	Negritude	Racismo em livros didáticos
Bibliotecas escolares	Educação Antirracista	Negro	Raízes afro nas propostas pedagógicas
Branquitude	Escravidão	Negro brasileiro	Relações étnico-raciais
Brasil e África	Escritores afro	Negro na sala de aula	Relações étnico-raciais e Educação no Brasil
Cadernos negros	Estereótipos e preconceitos em relação ao negro	Negro na universidade	Relações raciais
Candomblé	Estudos afro-brasileiro	Negro segregação	Religiões afro-brasileiras
Colonizadores	Estudos afro-brasileiros	Negros	Revolta da chibata
Comunidade negra	Etnia	Negros africanos	Rituais de negros
Comunidades negras	Eugenia	Os negros em livros didáticos	Rituais de negros católicos
Cotas raciais	Feminismo negro	Palmares	Senzala
Criança negra	História da África	Pele negra	Sociedade
Cultura africana	História do negro no Brasil	Pensamento negro	Terras de negro
		Pintores Negros	Umbanda

Esses descritores foram selecionados como os termos de pesquisa em razão de ser, ainda, uma possível escolha dos usuários que fossem procurar livros no acervo da biblioteca. Assim, não se partiu de uma lista preestabelecida de livros para constatar as presenças e as

ausências de títulos, realizou-se o caminho da pesquisa por meio do levantamento do número de obras que fossem recuperados com tais termos. Com isso, pretendeu-se identificar a série de produções em vários campos, que fazem parte do acervo, no sentido de fornecer um banco de dados para promover ações informacionais educativas e, a partir de tais ações, que se possa usufruir melhor do material disponível e fazer cumprir as diretrizes no processo de implementação da Lei.

A pesquisa visou, portanto, descobrir, o que se tem em termos de referências bibliográficas sobre a Lei 10.639/03, educação África e os afrodescendentes brasileiros no acervo da BBT-UFV nesse período do estudo (2019/2).

#### **4. CAPÍTULO I**

#### **A educação e a resistência histórica: conquistas dos movimentos negros**

#### 4.1.Introdução

Os Movimentos Negros através da sua história buscam transformar a realidade através da educação e surge como espaço de obtenção e de valorização da identidade negra, que após a abolição continuou a ser reprimida. Sua premissa básica foi a luta pelos direitos dos negros. Movimento que se tornou também o principal ator político na luta antirracista. A educação é compreendida pelo Movimento Negro como um direito que aos poucos foi sendo conquistado, como uma possibilidade a mais de ascensão social. O material produzido pelo governo do Distrito Federal (GDF, 2012, p. 12) destaca as fases desta luta:

O Movimento Negro no Brasil é dividido em três fases. Na primeira (1889-1937), são estabelecidos métodos de luta, com a criação de agremiações negras, palestras, atos públicos e publicações de jornais. Na segunda (1945-1964), há um foco no teatro, na imprensa, nos eventos acadêmicos e nas ações que visam à sensibilidade da elite branca para os problemas enfrentados pelos negros no país. Já a terceira (1978-2000) fase ocorre à apoderação de manifestações públicas, formação de comitês de base e movimentos nacionais.

A partir daí, abertamente se denunciava a discriminação racial, o subemprego, a repressão policial, a marginalização, fatores dos quais a população negra era e ainda é submetida. Entre tantas atuações, tais lutas possibilitaram, por fim, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003 como órgão do Estado responsável pela elaboração e gestão de ações de combate ao racismo e às desigualdades raciais, sendo um marco decisivo na mobilização da estrutura do Governo Federal em favor de um Brasil mais igual e mais inclusivo (SANTOS; SOUZA, 2016).

As organizações negras apresentavam uma forte atuação política voltada para a questão da educação das relações étnico-raciais. Com o principal objetivo de combater o racismo e a discriminação por meio da educação. Nos anos 70 esses movimentos se organizaram em torno do MNU, que propunha a valorização, e o reconhecimento da sua cultura. E foi considerado o principal marco na formação do movimento negro do Brasil na década de 70. Os Movimentos Sociais Negros (re)organizados nos anos finais da década de 1970, de forma enfática e sistemática, denunciaram a escola como espaço excludente, discriminatório. (MELO, 1988).

Assim, os movimentos negros passaram a incluir em suas agendas de reivindicações, junto ao Estado brasileiro, por meio de manifestos, através do teatro e música, no que tange à educação, o estudo da história e da cultura do continente Africano e dos africanos como



também a luta da população negra no Brasil, na formação da sociedade nacional brasileira (GONÇALVES; SILVA, 2000).

#### **4.2.Histórico sobre a escravidão, a educação, a Lei 10.639/03 e o Movimento Negro**

Existe uma visão equivocada sobre a libertação da população escravizada no Brasil, parece que após o fim da escravidão todos os negros foram ineridos na sociedade de classes e foram felizes para sempre, como nos contos de fada. Porém, isso não condiz com a realidade. Aos negros do recente período pós-abolição tudo foi negado, desde vagas em escolas, atendimento em hospitais, trabalho, posse de terras e uma infinidade de direitos, passando a ser discriminados perante toda a sociedade. O Movimento Negro associado a muitos intelectuais negros que sempre estiveram engajados na luta antirracista levou mais de meio século para conseguir formalmente a obrigatoriedade do ensino da educação étnico-racial (SANTOS, 2014).

O Movimento Negro conseguiu, finalmente, dar maior visibilidade ao racismo e ao mito da democracia racial dentro da sociedade, demandando a implicação do Estado para a igualdade de direitos e condições sociais. Nesse contexto, a Marcha Zumbi dos Palmares (1995), os dados sócio demográfico que demonstram a condição de desigualdade racial divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2001, a realização da III Conferência de Durban, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) em 2003 e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em 2004, colaboraram para o reconhecimento dessa problemática social e para a construção de uma política para a diversidade e para educação das relações étnico-raciais na escola (BRASIL, 2000).

Os movimentos negros passaram a incluir em suas agendas de reivindicações, junto ao Estado brasileiro, por meio de manifestos, através do teatro e música, no que tange à educação, o estudo da história e da cultura do continente Africano e dos africanos, assim como a luta da população negra no Brasil, na formação da sociedade nacional brasileira (SANTOS, 2005a)

As organizações negras apresentavam uma forte atuação política voltada para a questão da educação das pessoas negras. Com o principal objetivo de combater o racismo e a discriminação por meio da educação. Nos anos 70 esses movimentos se organizaram em torno do Movimento Negro Unificado (MNU), que propunha a valorização, e o

reconhecimento da sua cultura. E foi considerado o principal marco na formação do movimento negro do Brasil na década de 70. Os Movimentos Sociais Negros (ré) organizados nos anos finais da década de 1970, de forma enfática e sistemática, denunciaram a escola como espaço excludente, discriminatório (GOMES, 2017).

As reivindicações do Movimento Negro, no que diz respeito à Educação, culminam em janeiro de 2003, quando o então presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639/2003. Sua importância foi justamente levar a história e cultura do povo negro para as salas de aula e instituiu em todos os níveis de educação básica o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, abordando as lutas a resistência dos negros e sobre sua contribuição para a formação da identidade nacional. Os objetivos da Lei são: reconhecimento e valorização do patrimônio histórico cultural afro-brasileiro, como uma forma de resgatar a contribuição desses povos negros e indígenas (contemplados no currículo escolar a partir da Lei 11.645/2008) para todas as áreas de formação da nação brasileira (BRASIL, 2019ab).

Portanto, a Lei 10.639/03 implica a necessidade do resgate positivo e da valorização da população afrodescendente em nossa sociedade, proposto pelo estudo da história da África e dos Afrodescendentes no Brasil e visando também destacar os valores humanos e culturais da etnia que, por quase 400 anos, foi relegada ou colocada no esquecimento, até os dias atuais sob o peso da desigualdade, do preconceito e da discriminação racial (MORAES; TANNO, 2010).

A Lei 10.639/03 veio para contribuir com a formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação racial, promovendo a inclusão, e uma forma de educação, voltada para a desconstrução do preconceito e do racismo. As leis proibiam que os negros embora livres e libertos, tivessem acesso aos bancos escolares. Em 1899, surgiram as primeiras leis a respeito da obrigatoriedade do ensino fundamental, mas os negros e os povos originários não foram contemplados. Para o Movimento Negro, a criação da lei 10.639/03 foi um grande avanço na luta contra a desigualdade racial. Porém, ainda existem muitas dificuldades a serem enfrentadas, pois segundo seus idealizadores a Lei está implementada, o difícil é ela ser devidamente aplicada. De acordo com a declaração do Prof. Kabengele Munanga em entrevista (JAIME, LIMA, 2013), as lutas e processos de resistência negra permanecem vivos e atuantes:

Creio que os negros estão lutando até hoje, no Brasil para conquistar uma abolição verdadeira, que os liberte psicologicamente das amarras do escravismo e dos efeitos do racismo institucional ou estrutural e cultural, que permeiam as relações cotidianas e que fazem deles as grandes vítimas da sociedade brasileira (JAIME, LIMA, 2013, p. 536).

Silvio de Almeida em seu livro *O que é o racismo estrutural* (2018), afirma que as estruturas sociais são racistas e a educação, por si só, não é a solução, é o problema também, uma vez que contribui para reforçar o racismo que existe na sociedade brasileira. Segundo ele, todo o universo acadêmico está contaminado pelo racismo, pois é nesse meio que ele é produzido e difundido. As escolas e as universidades são mantenedoras do racismo estrutural.

A concepção institucional de racismo é considerada por Almeida (2018) como um avanço para os estudos das relações raciais, pois amplia a ideia existente de racismo para além do comportamento individual. O racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concede privilégios a determinados grupos de acordo com a raça. Para o autor, as instituições estabelecem e regulamentam as normas e os padrões que devem conduzir as práticas dos sujeitos, conformando seus comportamentos, seus modos de pensar, suas concepções e preferências. Com base nessa ideia, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” (ALMEIDA, 2018, p. 30) e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos que desejam ter domínio sobre a instituição e a sociedade como um todo.

Diversas entidades foram criadas para resolver as questões relacionadas à educação das pessoas negras, entre elas a FNB (1931), o TEN (1944) proposto por Abdias do Nascimento, que defendia os direitos civis dos negros, e uma legislação antidiscriminatória para combater o racismo através da educação. Segundo Domingos os dispositivos para a educação das relações étnicas raciais são:

(...) Fruto de grandes lutas e inúmeras reivindicações dos Movimentos Negros, que desde 1930 vem apontando a necessidade de propostas e projetos que buscam valorizar a história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos e dos africanos, sobretudo trazendo consigo ações positivas e compromissadas com a educação étnico-raciais pelo qual os conteúdos tendem a discutir, corroborando para uma prática educacional antirracista, (DOMINGOS, 2012. p. 7-8)

A aprovação no Congresso Nacional em 09 de janeiro de 2003 da Lei Nº 10.639/03 e suas diretrizes formalizam e tornam obrigatória uma das demandas mais importantes da luta do Movimento Negro para a área de educação. Segundo Santos (2005) em seu artigo “A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta antirracista o Movimento Negro”, o autor busca demonstrar que essa lei não surgiu do nada ou da boa vontade política, pois, essa lei não foi um trabalho dos deputados, dos senadores ou do governo, mas é sim resultado de anos de lutas e das pressões que os Movimentos Negros sociais fizeram em prol de uma educação não eurocêntrica e antirracista.

Há dezessete anos que A lei 10.639/03 tornou obrigatório, na educação básica, o ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação básica, alterando a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) e as escolas públicas e privadas do ensino básico de todo país são obrigadas a incluir no seu currículo a História e a Cultura Africana e afro-brasileira, e há 12 deveriam incluir também o estudo da história e cultura dos povos originários, devido à alteração da Lei 10.639/03 pela Lei 11.645/08. Contudo, nesses anos todos, pouca coisa mudou de fato (BORGES, 2015).

As escolas têm como obrigação promover o debate de igualdade de direitos entre os diferentes grupos inseridos dentro das escolas públicas. O professor depara-se, desta forma, com discursos preconceituosos dentro da sala de aula pelos alunos e na escola como um todo. A não reflexão sobre o racismo e o preconceito a respeito da “História e Cultura afro-brasileira” agrava o cenário, de modo que o preconceito é encarado como um problema social, não racial, caracterizando o pensamento de muitos brasileiros com a repercussão sobre o “mito da democracia racial” (FREYRE, 2004). No senso comum costuma dizer que a questão do negro, não existe, o que há é uma situação em que a sociedade brasileira vem trazendo de longa data profundas desigualdades simbólicas e materiais decorrentes do preconceito e da discriminação racial devido ao processo histórico. O negro recebe a “marca” do estigma, por causa da sua cor de pele. Sobre isso Goffman (1988) afirma que:

Erving Goffman (1988), nos seus estudos sobre os sujeitos excluídos da sociedade, explica que os estigmas são marcas sociais construídas historicamente para a sujeição de indivíduos considerados fora do padrão de normalidade, definindo o conceito de estigma como: “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (p. 07).

A história africana e indígena nos livros e materiais didáticos e paradidáticos “tradicionais” ainda é abordada sob o foco do olhar eurocentrado, com imagens e textos que desqualificam tanto à população negra quanto aos povos originários. Por isso, é imprescindível que temas abordados pelos materiais didáticos contemplem a história da forma crítica, servindo de reflexão para que certas características e particularidades não passem despercebidas, com um olhar mais atento e respeitoso sobre a cultura do Outro (negros e povos originários).

O Movimento Negro tem contribuído para que a Lei não fique somente no plano das ideias. Desse modo, para que esta se concretize, tem a preocupação capital sobre a preparação e formação de professores através de cursos, pesquisas, publicações, práticas do Movimento Negro, coletivos culturais, seminários e formação continuada oferecidos em universidades e demais espaços de formação de educadores (ALMEIDA, et al. 2018)

### **4.3. Percurso sobre a Lei 10.639/03**

Desde o período escravista os negros estão se mobilizando para enfrentar a opressão ao qual foram e, ainda, são submetidos, permeados de muito sofrimento e maus tratos. Nesta luta constante contra a discriminação e preconceitos, passaram a buscar formas de resgatar sua dignidade individual e coletiva, reivindicando uma sociedade mais justa, igualitária e antirracista (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

Na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância realizada de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul, uma das propostas defendidas e aceita pelo governo brasileiro foi a de introduzir no currículo escolar a disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil”, com o objetivo de oferecer um panorama histórico do continente africano demonstrando todas as transformações ocorridas ao longo dos anos no continente africano e, desmitificar a ideia que a África não tem história ou que lá não há civilização (SILVA, SILVERIO, 2003).

Por ocasião da conferência, enfatiza-se a importância de se promover a conscientização e proporcionar o treinamento para os vários agentes do sistema de justiça criminal, para assegurar a aplicação justa e imparcial da Lei (ARRUDA, 2016). Nesta perspectiva, o governo brasileiro assumiu o compromisso de atuar prepositivamente contra o racismo e a discriminação racial e instituir políticas públicas com esse objetivo. Diversas políticas de reparação, reconhecimento e valorização da população afro-brasileira vem sendo implementadas ao longo dos anos, como resultado das lutas e dos anseios sociais da população negra e, principalmente, dos movimentos negros. A maior destas conquistas, podemos dizer, é a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica das escolas públicas e privadas de todo país. (BRASIL, 2000). No entanto, é de suma importância considerar que essas práticas não devem se restringir apenas às escolas, pois devem abranger todos os espaços públicos, principalmente as bibliotecas escolares e públicas, que são os ambientes informacionais que armazenam e disponibilizam materiais que correspondam a Lei 10.639/03.

Assim, a formulação de atitudes em defesa da população negra passa a se consolidar a partir dos movimentos sociais negros. Um foco de origem dos movimentos sociais negros é resultante das ações sociais de luta pela abolição do escravismo criminoso e da insatisfação dos resultados práticos da abolição. Outra origem considerada para o aparecimento destes

movimentos sociais no meio negro foi o conjunto de políticas imigratórias europeias que se configuravam como políticas racistas contrárias aos interesses e à estabilidade social, econômica e política das populações negras. Além destas organizações de protesto e formulação direta de luta política devemos considerar a existência de instituições culturais e religiosas que defendem, de certa maneira, a consolidação de uma expressão cultural negra (CUNHA JUNIOR, 1997).

A demanda dos movimentos sociais negros era voltada para a educação, pois acreditavam que a única forma de ascender socialmente seria através da educação e versava sobre mudanças no currículo escolar que tramitou por duas décadas no parlamento legislativo, até que finalmente, a luta do movimento negro culminou no ano de 2003 com a Lei 10.639/03, que institui que todos os níveis de educação básica tivessem o ensino da história e cultura afro-brasileira, abordando as lutas a resistência dos negros e sobre sua contribuição para a formação da identidade nacional, a lei foi instituída e promulgada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (SANTOS, 2005a)

Outro ganho importante do Movimento Negro foi quando, em seu discurso de posse, o presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou a criação da SEPPIR, demonstrando compromisso com a valorização da diversidade étnica e racial. E no dia 09 de janeiro 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pela criação da Lei 10.639/03, para a articulação desta ação, foi criada a SECAD, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com a função de contribuir por uma educação que levasse em conta as diversidades de grupos que são discriminados no Brasil (BRASIL, 2004a; 2010).

## **5. CAPÍTULO II**

### **A Lei 10.639/03 e sua importância para o currículo escolar**

## 5.1.Introdução

Os professores do ensino básico precisam oferecer conteúdo a respeito do ensino da Cultura Africana, Afro-brasileira e indígena aos alunos do ensino fundamental e médio, seguindo o que é instituído pela Lei 10.639/03 e pela Lei 11.645/08, trazendo, assim, além dos conhecimentos universais, uma educação inclusiva e a valorização de práticas e saberes de culturas tradicionais. A falta de conhecimentos ou o despreparo do educador tendem a colaborar para a propagação da discriminação racial. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais (BRASIL, 2004b) mencionam que:

A inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto no curso de licenciatura para a educação infantil, os anos iniciais e finais da educação fundamental, educação média, educação de jovens e adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive docentes do ensino superior. (BRASIL, 2004b, p.3)

Não precisamos ser mágicos para compreender que:

O preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco (MUNANGA, 2005, p.16).

Sendo assim, é de extrema importância discutir a pluralidade cultural, e trabalhar com temas dentro das disciplinas de história, educação artística e literatura, tratando tais conteúdos de forma crítica e não simplesmente “repetitivos”. Em algumas escolas só acontece menção dos conteúdos da Lei 10.639/03 ou evento nas datas pontuais como, por exemplo, no dia 20 de novembro (“Dia Nacional da Consciência Negra”), apenas como uma forma de dizer que o exigido por lei foi contemplado. Em muitas outras escolas, nem nessa data ocorre alguma atividade relacionada à valorização da população negra e de seus descendentes. Mas, nos relatórios e diários de classe consta que o trabalho foi feito. A partir disso, alguns momentos direcionados a este tema muitas vezes são vivenciados de forma equivocada, destacando simplesmente, a cultura do negro enquanto “folclore”, sem procurar trabalhar de modo mais amplo, planejando e realizando atividades durante o ano inteiro, de forma a educar para a igualdade racial. Para que haja uma efetiva aplicabilidade da Lei, as Diretrizes Curriculares orientam que:



A busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas (BRASIL, 2003, p.19).

De acordo com Petronília Beatriz Gonçalves e Silva (ROCHA, 2006), o currículo formal e o currículo em ação atualmente em vigor nas escolas, ao apresentar lacunas e distorções sobre a “Questão Racial”, têm contribuído para a formação de uma identidade dos alunos (as) negros (as) que negam suas raízes étnicas e culturais, buscando outras com as quais estes não se identificam positivamente. As práticas racistas, segundo o autor, são construídas e repetidas a partir de preconceitos, frutos da ignorância que grupos étnicos tidos como superiores têm acerca da história e do modo de vida daqueles considerados inferiores. Silva aponta que: “é importante compreender que, no contexto das relações raciais no Brasil, a ausência do estudo sério e sistemático da diversidade étnico-racial na educação escolar foi sistematicamente produzida enquanto tal” (SILVA, 2007, p.13).

Os alunos da educação básica deveriam ter o ensino da história e a cultura afro-brasileira e indígena incluída como componente curricular. A escola está à margem do que exige a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Com base na ampliação e alteração da LDB 10.639/03 feita em 2008 pela Lei 11.465/2008, quando se inclui no currículo o ensino da história e cultura dos povos originários (BRASIL, 2019b). A dificuldade da aplicação da Lei passa, por exemplo, pela questão da capacitação e a conscientização de profissionais em ter boa vontade de mostrar a história de modo não eurocêntrico, sem negar fatos ou a realidade. Desse modo, seria possível perceber o resultado a partir do nível de envolvimento e conscientização dos estudantes. Para que isso aconteça, é importante que se tenha materiais didáticos com referências bibliográficas adequadas sobre o tema à disposição das escolas e de professores/educadores/educandos.

O Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer 003/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O parecer propõe várias ações pedagógicas para a escola visando à implementação da Lei. Esse documento determina que a história da África, seja tratada por uma perspectiva positiva e deve ser ressaltada particularmente em artes, literatura, e história do Brasil. A lei vem acompanhada do “Parecer” que direciona como se deve trabalhar com a temática a partir de diretrizes para o que deve ser feito pensando na forma de efetivamente coloca a Lei em prática. A Lei é importante não somente para os negros, mas para conscientizar e formar cidadãos que não

sejam racistas e que, também a partir dessa conscientização, combatam tanto o racismo quanto outras formas de discriminação, especialmente contra as chamadas minorias (BRASIL, 2004c).

Segundo a Lei, o tema deve ser trabalhado no âmbito de todo currículo escolar, mas preferencialmente nas disciplinas de história, literatura e educação artística. Os temas podem ser abordados de inúmeras maneiras, não existindo uma única fórmula de abordar tais conteúdos. A Lei institui também a data de 20 de novembro, no calendário escolar, como o “Dia Nacional da Consciência Negra”. Ao discorrer acerca dos desafios colocados pela Lei 10.639/03, Gomes (2008, p. 72), salienta que do ponto de vista pedagógico, a superação das ideias preconcebidas acerca do continente africano e do negro brasileiro, poderá causar impactos positivos, “proporcionando uma visão afirmativa acerca da diversidade étnico-racial e entendendo-a como uma riqueza nossa diversidade cultural e humana”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) são normas que as escolas e professores são obrigados a seguirem, pois são reforçadas pela lei. A diferença entre as mesmas é que as DCN proporcionam metas e objetivos para às escolas seguirem. Já os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apresentam orientações e referências curriculares. No entanto, a verdadeira diferença se espalha muito adiante disso, abordando diversos tópicos e conteúdos educacionais. Para melhor definir o que são os parâmetros e diretrizes, devemos ter em mente o fato que elas não vieram como uma solução para todos os problemas e defeitos da educação brasileira, mas sim como um ponto de partida para amenizar os problemas apresentados no ensino, assim como apoiar a questão de educação para todos, apresentado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2004a).

Os PCN orientam a promoção da igualdade em um dos temas transversais: a pluralidade cultural.

A legislação rompe com a ordem dos currículos ao propor um novo conhecimento científico contrário à produção da cultura europeia. Ao salientar quanto aos acontecimentos que marcaram a trajetória do povo negro, assim como determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004a, p. 21).

As datas significativas para cada região e localidade serão devidamente assinaladas, como: o dia 13 de maio será tratado como o “Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo”, dedicado à denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós-abolição, bem como dos significados da Lei Áurea para os negros. No dia 20 de novembro será celebrado o “Dia Nacional da Consciência Negra” e

entre outras datas de significado histórico e político deverá ser assinalado o 21 de março, “Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial” (BRASIL, 2004a).

Sendo assim, transmitir conhecimentos sobre a trajetória dos povos negros e indígenas é uma forma de tentar romper com estereótipos existentes no imaginário da sociedade brasileira, possibilitando a esses segmentos viver de forma mais digna, sem serem hostilizados. Nos espaços escolares deverão tratadas também as questões sobre o caráter múltiplo da Identidade Cultural brasileira nas variadas disciplinas do ensino básico e médio das escolas públicas e privadas. Promover reflexões sobre até que ponto a lei funciona de fato, como mecanismo que vai, progressivamente, colaborar na superação do racismo em relação à nossa sociedade e a história do povo brasileiro (SANTOS, et al., 2005).

A partir da publicação da Lei 10.639, em janeiro de 2003, surgem outros dispositivos legais e propostas do Movimento Negro para, por exemplo, no ano seguinte, a elaboração do Parecer 003/004 que regulamenta a implantação da lei, momento a partir do qual, os debates sobre relações raciais no Brasil tornaram-se mais intensos (BRASIL, 2019ac). Uma das condições da sua implantação refere-se à qualificação dos professores, para que se promova e possibilite a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais. O Parecer procura oferecer uma resposta, na área da educação à demanda da população afrodescendente, regulamentando políticas de ações afirmativas, políticas de reparações, além de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade, com a intensão de resgatar o protagonismo negro. Esse parecer e a resolução instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais. A resolução foi resultado do Parecer CNE/CP 3/2004, que teve como relatora a conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, da Câmara de Educação Superior do CNE. As Diretrizes visam atender à Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, Africana e indígena nas escolas do país no ensino fundamental e médio (BRASIL, 2004 c).

Os PCN e as DCN para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana têm hoje força de lei, representando uma vontade de democratização e correção de desigualdades históricas ainda existentes na sociedade brasileira. A implementação das Diretrizes Curriculares é uma importante estratégia pedagógica para levar à escola a discussão sobre as relações raciais no Brasil (BRASIL, 1997).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana atribuem a responsabilidade

da Lei 10.639/03, a todos os segmentos da sociedade, principalmente da comunidade escolar para que a temática da educação étnico racial e a prática da Lei sejam efetivas na escola.

De acordo com as DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tem se que:

A educação constitui-se um dos mecanismos fundamentais de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias, ou seja, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade, abrindo caminhos para a ampliação da cidadania de um povo percebe se isso, pois “o Brasil é, sem sombra de dúvida, o país mais rico em sua cultura, diversidade e etnia” (FROEHLICH, 2012, p. 63).

De acordo, ainda, com Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva pelo Parecer CNE/CP 3/2004, salientamos que:

Pedagogias de combate ao racismo e de combate às discriminações foram elaboradas com o objetivo de estabelecer educação étnico-raciais, positivas tem como objetivo fortalecer os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identificassem as influências, a contribuição à participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, se relacionar com outras pessoas, notadamente as negras. (BRASIL 2004c, p.16).

As DCN indicam que os conteúdos devem ser trabalhados em todas as disciplinas da matriz curricular. Já os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. Na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, sendo contemplados no Projeto Político-Pedagógico de cada instituição de ensino. Além da lei 10.639/03 e das Diretrizes, existe a Deliberação Estadual 04/06, que diz em seu artigo 2º que:

O Projeto Político Pedagógico é que vai garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e cultura Afro-Brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica (MIRANDA et al., 2006, p.2).

De acordo com tais diretrizes, essas práticas de reeducação das relações raciais não estão dirigidas apenas à população negra, mas também à população indígena. Quando falamos em relações étnico-raciais, estamos nos referindo às interações entre pessoas pertencentes a diferentes grupos raciais e étnicos. Dessa maneira, as Diretrizes reafirmam o

compromisso da escola, enquanto instituição social, de assegurar o direito à educação de todos os cidadãos no combate a qualquer forma de discriminação. O texto também ressalta que “a luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política” (BRASIL, 2004a).

Assim, é importante ressaltar que tal legislação e suas diretrizes representam a aplicação de ações afirmativas no sentido de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, do diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra e qualquer forma de discriminação:

[...] a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história, significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASIL, 2004b, p.12).

O professor deve ser o mediador, e o facilitador na construção do conhecimento, nessa nova fase das instituições escolares e esse papel exige deste profissional novas posturas, novas atitudes na sua rotina, enfim uma mudança radical na sua prática pedagógica de forma a preparar o aluno para ser integrada a sociedade de forma digna, respeitosa e eficiente. A efetivação da lei, não é tarefa só dos professores, mas sim de toda comunidade escolar, em todas as disciplinas, não apenas como um projeto, em datas comemorativas, mas sim em todo o decorrer do ano letivo, pois é preciso que se recupere a autoestima e orgulho de ser negros nos afrodescendentes. Por isso os professores devem ao tratar a História da África e da presença negra no Brasil, fazer abordagens positivas, principalmente salientando as várias lutas de resistências empreendidas por essa população (LIMA, 2008).

Contudo existem vários impedimentos para que se coloquem em prática todas as estratégias possíveis. A lei na verdade vai além dessa proposta de inserir a temática afro-brasileira e africana e indígena nos currículos escolares, é uma lei que pretende colocar as discussões étnico-raciais em toda sociedade para que a sociedade possa analisar e repensar de forma a desenvolver um pensamento crítico a respeito do tema.

## **5.2. Articulação com a formação dos professores para a implementação da Lei**

**10.639/03**

A Lei 10.639/03 é um dos caminhos para combater o racismo e a discriminação presentes no espaço escolar e na sociedade brasileira. Nesse contexto a formação de professores é muito importante para a construção da educação para as relações étnico-raciais. Na década de 70, essas discussões começam a se intensificar com a estruturação dos programas de pós-graduação em educação e com a Apresentação de Propostas de Cursos para Novos (APCN), o que acaba por reforçar o estudo da temática a partir dos PCN. Nesse sentido existem diversos programas de pós-graduação na área de educação que incorporam a discussão racial e fortalecem os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) em muitas universidades, pois as universidades devem garantir que essas discussões estejam presentes na formação inicial e continuada dos alunos de licenciatura.

A Lei 10.639/03 alterou as diretrizes e bases da educação nacional, ao tornar explícita a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, tornando obrigatório:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

§ 1º. O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2019a).

Essa Lei foi uma conquista para toda sociedade brasileira, através das demandas dos Movimentos Negros e intelectuais negros comprometidas com a questão racial. Em 2007 Abdias do Nascimento já afirmava que:

Reconheço o grande avanço que significa a Lei 10.639/2003, que visa fazer o resgate de nossa história e de nossa memória e torná-las patrimônio cultural de todo o povo brasileiro, mas tenho que elevar a minha voz para dizer que esta lei não está sendo cumprida, ou tem a sua implementação dificultada, por Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade todos aqueles que não querem mudanças nas relações de dominação racial em nosso país. (NASCIMENTO, 2007)

Por meio das Leis de Diretrizes Curriculares Brasileiras (LDB) o campo educacional é estruturado no que diz respeito às legislações, a Lei 9.394, sancionada em 20 de novembro de 1996 e as alterações sancionadas em 2003 em relação à temática História e Cultura Afro-brasileira, (Lei 10639/03) estão em consonância com as Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Assim, os PCNs constituem demandas sociais em nossa

sociedade para que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) seja observada pelas universidades e é demarcada pela própria enunciação de marco legal (SILVA; COELHO, 2013). Nesse sentido, apontam que:

As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. (SILVA; COELHO, 2013).

Para alavancar com a implementação da Lei 10.639/03 torna-se necessário que autoridades competentes fiscalizem para saber se a lei está de fato sendo colocada em prática. Sendo também necessário um engajamento das universidades no processo de formação inicial e continuada dos profissionais da área de educação e pelas secretarias municipal e estadual, além de manter um referencial teórico adequado a disposição desses profissionais que contemple a diversidade para a formação de professores para a educação das relações étnico-raciais. Por isso, é importante que as partes envolvidas, como Governo, Movimento Negro, Universidade e Sociedade Civil desenvolvam uma parceria eficiente. A Lei está em consonância com as DCN e se constitui para atender essa demanda, instituindo a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos da rede pública e particular na rede oficial de ensino. A relevância social dos estudos visa à restrição de manifestações preconceituosas, uma vez que o espaço escolar também contribui para a construção e disseminação do preconceito e das discriminações raciais (BRASIL, 2009).

A maior preocupação no que diz respeito à formação adequada de professores nas pós-graduações das universidades públicas, é simultaneamente o desafio de articular e trabalhar a história da África, visando o desenvolvimento da pesquisa e do ensino voltados para uma qualificação teórica, prática e técnica daqueles que atuam direta ou indiretamente com o ensino na educação básica (SILVA, 2001).

Fica possível identificar, ainda, a dificuldade com a articulação dos professores nas universidades que trabalhem de modo mais focalizado, com a temática sobre a África e as consequências da diáspora africana no Brasil e nas Américas. Os conhecimentos já produzidos sobre os estudos Afro-brasileiros, a atualidade da questão racial no Brasil, se colocam ainda como “novidades” para a maioria dos educadores que atuam nas escolas do ensino básico (fundamental e médio) (SILVA, 2001).

A universidade, ao propor-se construir o conhecimento, através do ensino-pesquisa-extensão, possibilita um encontro entre academia e vida. Buscando levantar algumas questões para pensar a universidade e o seu papel na construção do sujeito autônomo e

emancipado, tendo em vista a construção de uma sociedade mais digna para se viver (LIMA, 2008).

Os cursos de extensão podem ser potencializados pela participação dos alunos das licenciaturas em atividades de extensão, proporcionando um contato prévio, nas habilidades do ensinar e de se relacionar com os futuros espaços de atuação profissional, antes mesmo do estágio curricular obrigatório (MEC, 2018). No entanto, para que a extensão possa ser articuladora, é necessário que ela faça parte do projeto institucional das universidades, bem como dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como dos programas de capacitação docente. E reiteramos que seja institucionalizada e não apenas responsabilidade de um grupo e ações isoladas.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-Viçosa), constituído por estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), por exemplo, apresenta uma interação entre corpo discente e políticas educacionais relacionadas à questão racial. Segundo seus próprios idealizadores, estimula a reflexão acerca das desigualdades étnicas de cor, raça e das políticas de promoção da igualdade, auxiliando na elaboração, no acompanhamento e na avaliação do sistema de ensino municipal e estadual. O núcleo também atua na implementação de políticas públicas de diversidade cultural, em especial, aquelas voltadas para população afro-brasileira. Um de seus principais objetivos é criar e fortalecer parcerias com grupos ou organizações que realizam produções artísticas, culturais ou qualquer manifestação que tenha como foco a reflexão acerca das tradições e saberes, africanos e afro-brasileiros, tanto no âmbito universitário quanto em Viçosa e região (NEAB-Viçosa- MG. fonte: <http://neabvicosa.blogspot.com/>).

Dessa forma, a universidade precisa formar professores para fazer esse trabalho, pois tais questões precisam ser amplamente discutidas, antes que as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 se tornem letra morta. Por enquanto, existem poucos programas, como por exemplo, as Ações Afirmativas (FAE/UFMG), dentre outros, além dos Movimentos Negros, possuem o referencial para a formação de professores em parcerias feitas por universidades e governos de estados e municípios com a inserção de produções acadêmicas de intelectuais negros (MIRANDA, 2018).

Os documentos de APCN das diferentes áreas trazem uma compreensão para que as instituições entendam o que se espera de uma nova proposta de cursos. A APCN é o primeiro passo de certificação da qualidade da pós-graduação brasileira, referência para as escolhas dos futuros alunos. Da APCN espera-se manter a qualidade, colocar os profissionais da educação em contato com a temática das questões raciais e transferir conhecimento para a



sociedade de forma a atender as demandas sociais, econômicas, visando o desenvolvimento, local, regional e nacional. Isso permitirá que os alunos de pós-graduação possam trabalhar com essa temática em sala de aula, compartilhar os conhecimentos adquiridos e desenvolver a cidadania (MEC/SECAD, 2006).

### **5.3. Sobre as referências bibliográficas disponíveis na BBT-UFV a respeito da Cultura Africana e Afro-brasileira**

Com relação à concepção de currículo e as implicações da Lei 10.639/03. A Lei 10.639/03 tornou-se um instrumento legal, capaz de orientar as instituições educacionais quanto à responsabilidade de inserir em seus currículos as questões étnicas raciais. À medida que os currículos não fazem referência ao papel ativo que os negros escravizados tiveram dentro da sociedade brasileira, esses currículos contribuem para reforçar a imagem de passividade associada aos negros e índios (ALVES, 2013).

As escolas e universidades têm sido provocadas a repensarem suas práticas pedagógicas, o currículo, a gestão, a concepção de educação, da sociedade e do ser humano, sendo o professor um agente fundamental na promoção de uma educação de qualidade. A diversidade humana sempre existiu, mas com maior enfoque principalmente nos dias, em que numa escola democrática pressupõe liberdade, igualdade de direitos, e existem efetivamente integração e interação na diversidade. (CARDOSO; RODRIGUES, 2007).

A educação das relações étnico-raciais é uma política pública que surge para políticas combater o racismo e tais ações se articulam através das diretrizes para o enfrentamento ao racismo e a promoção da autoestima e sentimento de representatividade da população negra. (MUNANGA, 2012).

Sabemos que para ampliar e colocar em prática as Leis levantadas até o momento um primeiro passo seria a construção do Projeto Político Pedagógico, tão necessário para criar um espaço para discussão coletiva sobre os interesses e necessidades do aluno, com suas potencialidades, suas diferenças e peculiaridades um espaço para fazer uma fundamentação teórica.

Para compreender o reflexo da falta da temática racial na trajetória escolar dos professores, Munanga (2005) chama a atenção para a herança de uma “educação eurocêntrica”, capaz de reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. Assim, Munanga define que:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultantes coloca quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsável de amanhã (MUNANGA, 2005, p. 15).

Quando negros aparecem nos conteúdos escolares, quase sempre são descritos de forma distorcida, pois o continente africano é ainda relacionado à extrema pobreza, uma vez que os materiais disponíveis ressaltam os lugares mais pobres do continente, ao invés de mostrar as belezas que igualmente existem na África (SILVA, 2005). Segundo Pereira, (2008, p. 8): “(...) a inclusão no currículo dos valores culturais afro-brasileiros nos currículos escolares representa o reconhecimento de uma dívida da sociedade para com os africanos e seus descendentes (...)”. A relevância do estudo de temas decorrentes da história da cultura afro-brasileira, africana e indígena diz respeito a todos os brasileiros, buscando reparar danos que se repetem a mais de cinco séculos.

Assim, é preciso entender a noção de currículo de uma forma mais abrangente do que normalmente se vê e se discute. Além disso, deve ser analisada para se construir relações mais justas dentro do ambiente escolar. Currículo e grade curricular são coisas completamente diferentes e não devem ser confundidos. De acordo com Coutinho (2008):

Há inúmeras maneiras de evidenciar e promover a cultura africana a partir do currículo, no cotidiano escolar, apesar de ser tensa a relação entre diversidade cultural e currículo. Afinal, a África é parte da nossa identidade que deve ser tão bem valorizada e citada como os europeus e também os índios no contexto da escola. Os educadores deverão compreender que os alunos são sujeitos pertencentes a culturas diferentes, que são diferentes, mas não desiguais, e que a compreensão e o respeito à diferença são condutas absolutamente necessárias, uma vez que ao vivenciar práticas pedagógicas que possibilitam a ampliação do universo sociocultural, os alunos podem rever e superar preconceitos e eliminar toda e qualquer forma ou comportamento discriminatório (Coutinho, 2008, p. 81).

O currículo deve ser a totalidade das relações que se estabelecem na escola, tudo dentro da escola revela o currículo, o atendimento as pessoas, a relação professor aluno dentro da sala de aula, os professores dialogando, as relações dentro da escola, como fora dela revelam o currículo (GOMES, 2012). A importância da construção de currículos que contemplem a diversidade e da presença da temática e de projetos pedagógicos inclusos no Projeto Político-Pedagógico das escolas. Os resultados permitem verificar sucessos, fracassos e entraves na implementação e enraizamento da lei nas escolas. Se os currículos escolares não fazem referências ao papel ativo que negros escravizados tiveram no sistema

escravista no Brasil, eles de certa forma contribuem para reforçar a imagem de passividade associada a negros que foram transformados em escravos no país (GOMES, 2012).

A inviabilização e o processo de estereotipação se aplicam a população negra e a indígena no Brasil. Em muitos materiais didáticos ainda existem as imagens transmitidas sobre esses povos que em geral reforçam a imagem de pessoas que permanecem estacionados no tempo. Nesse contexto, a educação serve para mostrar que a história desses povos não se resume somente a história da escravidão onde às pessoas eram tratadas como mercadorias, e não começa com a colonização. Os negros tiveram que ressignificar a sua existência, em meio a muito sofrimento para não perder o senso de integridade. Que era o que os europeus faziam desqualificando e despersonalizando os negros e indígenas, desconsiderando sua cultura, tentando fazer com que eles não fossem nada, tratando-os com “requite de crueldade”, maldade e todo tipo de atrocidades como se fossem meros objetos, e não tivessem uma vida, uma história e um passado. Não havia uma compreensão de que os negros e indígenas eram pessoas com sentimentos. A discriminação e o racismo que atinge a população afrodescendente brasileira e indígena permanecem até os dias atuais. Essas discussões a respeito da cultura africana e indígena dentro da sala de aula com certeza vão trazer bons resultados para uma melhor compreensão desse processo histórico (ADICHIE, 2016).

A formação adequada dos professores é ponto essencial para a formação da igualdade étnico racial no currículo escolar, e as universidades públicas e privadas deveriam oportunizar essa qualificação a esses profissionais. Uma vez que a Lei não estabelece que nas universidades também devesse ter a obrigatoriedade do estudo da cultura africana e afro-brasileira no ensino superior, e não somente para o ensino regular, e isso faz com que a universidade não consiga adicionar essa disciplina de forma adequada uma vez que não há obrigatoriedade (CARDOSO; RODRIGUES, 2007).

As universidades têm seus núcleos de estudo da temática, mas nos currículos das universidades a lei ainda não aparece à obrigatoriedade para a formação de professores. Por isso essa formação nas universidades, ainda é muito lenta e deficiente, embora tenha um movimento de busca para que a universidade dê essa formação para as pessoas que vão atuar com a Educação das relações étnico-raciais. Algumas universidades oferecem cursos de história da África, esses cursos são oferecidos como disciplina optativa, então faz quem quer ou quem se interessa pelo tema. O futuro profissional da educação participa da formação e trabalha com as questões referentes em sala de aula também se quiser e não é isso que a lei diz, a lei é muito simples e clara ela diz que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira (BRASIL, 2004a)

A escola deve trabalhar o conhecimento da história e cultura Afro-brasileira, e indígena e trabalhar com sua identidade por meio de conceitos sócio-político-históricos. De acordo com Kabengele Munanga:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

Sobre o processo de construção de identidade negra no Brasil o MEC/CNE dispõe em seu parecer que:

É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. Nesse processo complexo, é possível, no Brasil, que algumas pessoas de tez clara e traços físicos europeus, em virtude de o pai ou a mãe ser negro (a), se designem negros; que outros, com traços físicos africanos, se digam brancos. É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou esse termo dando-lhe um sentido político e positivo. Lembremos os motes muito utilizados no final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, 1990: Negro é lindo! Negra, cor da raça brasileira! Negro que te quero negro! 100% Negro! Não deixe sua cor passar em branco! Este último utilizado na campanha do censo de 1990. (GOMES, 2004, p. 7).

Essa luta contra a discriminação empreendida pela população negra deve ser assumida pela escola e por todos os seguimentos da sociedade. Na esperança de que no futuro as nossas relações étnico raciais entre as pessoas sejam mais respeitadas, e que em toda a sociedade tenha um novo tipo de comportamento. Não podemos deixar de salientar que a Lei 10.639/2003 é um importante passo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, uma conquista para a Sociedade Brasileira.

## **6. CAPÍTULO III**

**A BBT-UFV e um breve levantamento de dados: busca de referências no acervo para aplicação da Lei 10.639/2003**

## 6.1.Introdução

A existência de materiais bibliográficos e outros recursos didáticos são necessários para fornecer amparo aos alunos e aos professores. Além disso, permite a capacitação de profissionais da educação através de cursos para que saibam utilizar esses materiais de forma coerente, atingindo o objetivo de levar o conhecimento.

As referências bibliográficas são importantes para encontrar materiais específicos, pois são ferramentas de apoio no processo educacional, que permitem o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, para que não se transmita uma imagem do negro somente como escravo e sem cultura (fonte: [http://www.bbt.ufv.br/?page\\_id=143](http://www.bbt.ufv.br/?page_id=143)).

A biblioteca universitária se caracteriza por ser um instrumento de transformação social, preservando e disseminando a informação. Segundo Reis (2008, p. 64):

Há no cotidiano da biblioteca, atividades tecnicistas e invariáveis, a informatização contribui para flexibilizar o trabalho do bibliotecário, tornando-o mais rápido. Assim este profissional tem a oportunidade de desenvolver outras atividades de disseminação da informação. Diante da função social que esta instituição tem para a comunidade acadêmica, que permite instigar diálogos, reflexões divergentes e plurais e assim construir conhecimentos. A biblioteca universitária tem papel fundamental na construção de saberes e transformações sociais, consisti em ser um instrumento educacional, atribuindo autonomia informacional para aqueles que a utilizam.

As referenciais bibliográficas e a busca de conhecimentos são instrumentos importantíssimos de apoio para professores e alunos para evitar que se transmitam informações excludentes e negativas a respeito do negro por meio de imagens estereotipadas.

A BBT-UFV (Fig. 1) completou cinquenta anos em 2019, sendo uma biblioteca ampla com vários exemplares entre livros, publicações em periódicos, teses, dissertações, monografias, literatura e revistas, artigos científicos, entre outros. Seu acervo geral conta com aproximadamente 190.526 livros, 426.439 periódicos, 43.970 publicações Seriadas, 33.872 teses, 10.540 separatas, 11.008 relatórios, 5.308 folhetos, 2.654 obras raras, 2.657 obras em braile, 2.902 recortes de jornais, 3.361 microfichas, 110 microfilmes, 621 videotape, outros materiais especiais 5.777. De acordo com o texto disponível no site da biblioteca (fonte: [http://www.bbt.ufv.br/?page\\_id=143](http://www.bbt.ufv.br/?page_id=143)) ela possui a seguinte missão:

A Biblioteca Central tem como missão contribuir efetivamente para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, propiciando acesso aos serviços informacionais nas diversas áreas do conhecimento, de forma qualificada, rápida e atualizada, visando contribuir para a formação do profissional, do cidadão e para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade.

Suas atribuições são as de seleção, aquisição, classificação, catalogação, organização, armazenamento, conservação, restauração, disponibilização, treinamentos e disseminação das mais diversas fontes de informação aos seus usuários. Presta serviços de assistência às bibliotecas setoriais do campus de Viçosa bem como às bibliotecas dos campi de Florestal e Rio Paranaíba.

Por isso, o trabalho buscou referências no acervo da BBT-UFV relacionadas ao tema central da pesquisa para saber a respeito dos materiais referentes a temática étnico-racial e se a biblioteca está promovendo o respeito a diversidade cultural. A Biblioteca pública vem a ser um ambiente informacional público, voltado para o atendimento da população em geral.



**Figura 1:** Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa (BBT-UFV), Minas Gerais. Fonte: UFV, 2019.

## 6.2. Resultados

A partir dos termos utilizados na pesquisa com relação a temática do negro foram encontradas diversas obras que contemplaram várias áreas do conhecimento, criando um corpus de pesquisa, no qual foi constatada a ausência de alguns autores de literatura, que foram complementados com a inserção dos nomes de escritoras e escritores de literatura afro-brasileira arrolados no índice do “Portal literafro” (fonte: [www.lettras.ufmg.br/literafro](http://www.lettras.ufmg.br/literafro)). Além disso, de alguns termos usados não se obteve resultado relevante para a pesquisa e que outros não são interessantes ao entendimento da população da formação da população brasileira e ao proposto ao que é preconizado pela Lei 10.639/03.

Ao todo foram encontrados, 311 (trezentos e onze) títulos no acervo bibliográfico da BBT-UFV (Figura 2), que discorrem sobre a temática estudada, sendo importante ressaltar que esse resultado é parcial uma vez que muitos dos materiais ainda não foram catalogados

e indexados nessas bases de dados. Mas podemos afirmar que o acervo disponibilizado atende à demanda, dando apoio a alunos, professores e demais usuários que buscam por materiais, no que concerne ao atendimento da temática proposta pela Lei 10.639/03. O acervo possui quantidade diferenciada de exemplares.

Acerca dos dados encontrados concernentes aos títulos da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, observou-se uma quantidade bastante razoável no acervo referente à temática estudada. No entanto, comparando com o total geral é possível identificar uma enorme diferença, pois a quantidade de títulos encontrados representa apenas 0,042% em relação ao total de material presente no acervo da BBT-UFV, sem distinção de categoria.



**Figura 2:** Parte do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa (BBT-UFV), Minas Gerais. Fonte: UFV, 2019.

A partir da pesquisa no acervo da BBT-UFV foi possível encontrar publicações de pesquisadores e ativistas do Movimento Negro e publicações do Ministério da Educação que trazem conteúdos referentes à educação antirracista, à cultura e história afro-brasileira e africana, disseminando referenciais teóricos para o estudo de tais temas. Muitos desses materiais foram produzidos por atores estratégicos como pesquisadores e pesquisadoras do Movimento Negro e foi distribuído para as bibliotecas de escolas públicas, dentre outras instituições.

Em suma, essas pesquisas demonstram efetivamente, pela entrada e análise desses acervos, que a BBT-UFV, apresenta uma quantidade de títulos e autoria que possam inicialmente contribuir como suporte para as pesquisas e aplicação efetiva da lei 10.639/2003 na luta contra o racismo através da educação. Como destacado por Gomes (2016), a seleção dos acervos e das ações realizadas nas bibliotecas exige uma mudança, pois a representação do povo negro na biblioteca é importantíssima:

A importância da representação negra na biblioteca a partir de uma visão afrocentrada, é crucial para a formação social da população negra, pois esta irá reconhecer-se nos elementos que constituem a experiência africana na



diáspora como protagonista, que embora tenha vindo para o Brasil na condição de escravizada, detém uma trajetória histórica com um sistema de crenças, costumes, comportamentos, a forma de ser e estar de portar-se, diferentemente do modelo europeu imposto como modelo de padrão social, cultural e intelectual (GOMES, 2016, p. 747).

E por fim, para facilitar a leitura por parte do público interessado e, ao mesmo tempo, para que esse mesmo leitor/leitora interessado no tema pudesse ter uma ideia do *corpus* encontrado pela nossa pesquisa, todos os títulos encontrados no acervo que estão relacionados com a temática estudada encontram-se identificados e disponíveis em anexo neste trabalho, na forma como aparecem no sistema de busca (ANEXO I). Mas nem todo o material aqui apresentado, busca cumprir as exigências de uma política educacional que reconhece a diversidade étnico-racial como um importante subsídio para o tratamento da diversidade na educação.

Espera-se ainda que este brevíssimo “banco de dados” sirva de modelo para que temas tão importantes quanto este se torne mais visível ao público alvo da BBT-UFV. A elaboração de um futuro catálogo poderá facilitar bastante, pois identificamos a necessidade de consulta a essa temática, a pesquisa por parte do usuário, seja professor, aluno e o público em geral que busca informações sobre esse tema.

A biblioteca universitária é um instrumento de organização, preservação e disseminação da informação, pesquisa é uma instituição promotora de conhecimento e transformação social, sendo um espaço de aquisição e produção do conhecimento. E para identificar a relevância da biblioteca da biblioteca universitária da Universidade Federal de Viçosa, como auxiliar para o cumprimento das diretrizes da Lei 10.639/2003 e sua importância no processo de formação de profissionais da área da educação.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho objetivou a busca por referências bibliográficas na BBT-UFV, relativas às obras que abordassem conteúdos relacionados com a Lei nº10.639/03, que veio com o intuito de se tornar um rompimento das construções negativas em torno dos negros e afirmando a cultura e história desses povos a partir de outro ponto de vista, muito diferente da visão eurocêntrica.

Diante da pesquisa realizada podemos concluir que a BBT-UFV apresenta um material que demonstram respeito à diversidade e valorização da história e culturas africanas e afro-brasileiras, contribuindo dessa forma para a implementação da Lei 10.639/2003, visando a superação de anos de desigualdades e injustiça que se estabeleceram no sistema educacional brasileiro. A existência desses materiais já é um ponto positivo, pois são importantes para que alunos e professores possam adquirir novos conhecimento e dar sequência à formação tanto inicial quanto continuada.

No que se refere ao acervo: existe uma grande quantidade de materiais referente à educação para as relações étnico-raciais. Pois conseguimos encontrar várias e excelentes publicações nacionais e internacionais voltadas para a questão da diversidade étnico raciais.

A prática da Lei 10.639/03 depende de algumas ações e, uma delas é a inserção de material adequado e voltado para a questão racial no universo escolar, na formação dos professores e, formação dos alunos garantindo que a diversidade seja respeitada. Pois, as instituições de ensino superior possuem grande responsabilidade, que é apontada inclusive nas diretrizes curriculares nacionais para a educação étnico-racial.

Ao refletir sobre diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da Lei nº 10.639/03 vimos o quanto é importante à afirmação da existência dos afro-brasileiros, dessa representatividade dentro dessa unidade de forma a disseminar a informação aos usuários, proporcionando a produção do conhecimento, valorizando a história e a cultura dos seus usuários, promovendo dessa forma a diversidade étnica na biblioteca, proporcionando igualdade entre todas as pessoas, com o objetivo de um país justo e equânime.

Medeiros (2010, p.13) lembra que as bibliotecas públicas “são instituições que se aproximam cada vez mais da condição de espaços plurais, oferecendo serviços que atendam à diversidade social e cultural de seus países [...]”. Além disso, afirma que a biblioteca pública é uma instituição democrática, de acesso gratuito a qualquer cidadão que queira se informar tendo em vista seu desenvolvimento pessoal e coletivo.

Há a necessidade de que a biblioteca pública universitária retrate a cultura africana e afro-brasileira e que esse tema passe a compor efetivamente o acervo da biblioteca. A biblioteca é uma unidade de informação com o objetivo principal de disseminar informações aos seus usuários e suprir suas necessidades informacionais. Seu acervo contribui assim, para o desenvolvimento intelectual da sociedade, principalmente, no que diz respeito ao grande volume de informações e, ainda, aos suportes existentes das tecnologias de informação. Desse modo, pode contribuir significativamente na valorização da cultura de grupos de minoria, especificamente, os afrodescendentes, agregando-se de modo positivo na luta contra o racismo e a discriminação étnico-racial no Brasil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e as Ações Afirmativas, visa contribuir para a construção de uma sociedade que valorize e respeite a diversidade e representam uma grande conquista das lutas dos movimentos negros em prol da Educação, pois permitiu aprofundar as discussões sobre a diversidade na educação. Visando o reconhecimento e a valorização da identidade e da diversidade, da História e da cultura dos afro-brasileiros. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais que diz o seguinte:

(...) conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (BRASIL, 2004a, p. 12).

Enfim, vemos que essa Lei 10639/03 tem sido uma grande conquista, na construção de novas relações sociais, com isso, a luta deve continuar para que a implantação dessa lei seja efetivada por completo, e que haja material didático adequado, tanto para os alunos, quanto para a formação dos professores, valorizando as várias culturas existentes dentro do país, e se posicionando contra todo tipo de discriminação, como a cultural, social, religiosa, de gênero, de etnia, dentre outras.

A partir dos livros, das monografias, artigos, trabalhos de conclusão de curso, TCC, periódicos, artigos, dissertações produzidas e armazenadas na Biblioteca Central da UFV podemos observar se existe um acervo que contemple o interesse pelo tema e de visibilidade à população negra e apresentando suas contribuições para a formação da sociedade brasileira. Além disso, o trabalho procura apontar e despertar, que temas como esses são importantes para serem trabalhados no escopo dos cursos de licenciatura, sendo uma área que se preocupa com o acesso, o tratamento, o uso e a disseminação de informação.

Assim, é importante ressaltar que a biblioteca está suprida de materiais para buscas iniciais, que atendam ao que é proposto pela lei, mesmo que a aquisição de materiais esteja ocorrendo de forma lenta – se comparado ao ritmo das novas publicações, pois há muitos lançamentos de conteúdos relativos ao tema que ainda não fazem parte do acervo da Biblioteca Central. E reforçando o que afirmamos ao final do terceiro capítulo, esperamos que o brevíssimo “banco de dados” dessa pesquisa, possa tornar mais visível ao público leitor, tema e referências bibliográficas tão necessárias à aplicação da Lei 10.639/2003.

Desse modo, os resultados sobre a pesquisa feita no acervo da BBT-UFV, levando em conta as exigências da Lei 10.639/2003 e sua suplementação pela Lei 11.645/2008, permite contribuir para futuras pesquisas sobre a referida Lei, bem como para estudos sobre temas do acervo geral da BBT-UFV, trazendo benefícios tanto para a comunidade acadêmica quanto para os demais educadores e estudantes do município de Viçosa, MG.

## 8. REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. **O perigo da história única**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>> Acesso em: 16 out. 2016.
- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALMEIDA, N. F. P. D; AMÂNCIO, M. H.; SANTOS, S. P.; SALES, L. V. Formação docente e a temática étnico-racial na Revista Brasileira de Educação da ANPEd (1995-2015). **Revista Brasileira de Educação** v.23 e230033, p: 1-24, 2018.
- ALVES, R. C. D. **A africanidade no currículo: a lei federal 10.639/03 e as práticas curriculares de escolas públicas de Sabará**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2013.
- ARRUDA, Tatiana (Org.) **Igualdade racial e étnica**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 206p.
- BORGES, E. M. F. Inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica e superior: momento histórico ímpar. **Revista Científica Faemais**, v.4, n.1, 14p. 2015.
- BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003**. Brasília: DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 30 out. 2019a.
- BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de Março de 2008**. Brasília: DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em: 30 out. 2019b.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais/LDB**. 5. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Edições Câmara, 2010.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004a.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico/Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004b.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004**. Brasília – DF. 2004c.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003:** Diretrizes e bases da educação nacional no currículo oficial da Rede de Ensino e a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União (D.O.U) de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório do Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.** Brasília, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CARDOSO, I. A.; RODRIGUES; T. C. **Lacunas na Formação Inicial de Professores: implicações para a educação das relações étnico-raciais.** PPGE/UFSCar- CAPES: Editora da UFF, p: 257-282, 2007.

COUTINHO, A. C. P. C. BARREIROS, D. K.; SILVA, G. P.; STOPPA, G. C.; GONÇALVES, R.; MELO V. A.; ARAÚJO, V. P. C. Raça, Etnia e a Escola: Possibilidades de Implementação da Lei 10.639/03. **Cadernos da Pedagogia** v.02, n.04, p: 74-85, 2008.

CUNHA JUNIOR, H. A história africana e os elementos básicos para o seu ensino. In. LIMA, I. C.; ROMÃO, J. (Org). **Negros e currículo.** Série Pensamento Negro em Educação nº. 2. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros (NEN), 1997.

DOMINGOS, L. T. A inclusão do negro no processo de educação do Brasil: uma breve perspectiva histórica. In: **II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.** Democratização, Emancipação e Sustentabilidade. Florianópolis, junho de 2012.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cadernos Cedex**, v.25, n.67, p: 378-388, 2005.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra. **Psicologia: Ciência e Profissão** v.31 n.2, p: 374-389, 2011.

FREYRE, G.; **Casa grande-senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global. (Trabalho original publicado em 1933), (49a ed.), 2004.

FROEHLICH, J. N. **Educado para discriminar.** Tangará da Serra: Ideias, 2012.

GDF – Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientações Pedagógicas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede Pública de Ensino do DF (artigo 26-a da LDB).** Brasília: SEEDF Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Educação em Diversidade, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª. Ed.- Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia** v.21, n.3, p: 738-752, 2016.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem Fronteiras** v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro Educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017. 160p.

GOMES, N. L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. p. 67-89.

GOMES, N. L. (Relatora). **Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE, 2004.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação** n.15, p: 134-158, 2000.

JAIME, P.; LIMA, A. Da África ao Brasil Entrevista com o Prof. Kabengele Munanga. **Revista de Antropologia**, v. 56, n.1, p: 507-551. 2013.

LIMA, A. P.. **A Lei Federal 10.639/03 e o Combate ao Racismo: Ação Docente e Promoção de Justiça e Igualdade na Escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. 2008.

MEC - Ministério da Educação. **Resolução N° 7, de 18 de Dezembro de 2018**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. 2018.

MEC/SECAD - Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. 262p.

MEDEIROS, A. L. S. Biblioteca e cidadania. **Sinais sociais**, v.4, n. 13, p. 10-45, 2010.

MELO, R. C. F. (Org.). **Educação e discriminação dos negros**. Belo Horizonte: MEC/ Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, p. 101-109, 1988.

MIRANDA, R. G.; SOUZA, M. P. M.; PUPATTO, L. L.; COSTELLA, D.; BEGA; M. T.S. **Deliberação N.º 04/06: Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Paraná: Conselho Estadual de Educação. 2006.

MIRANDA, V. R. E. **Formação de Professores para o Trabalho com a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2018.

MORAES, L. A.; TANNO, J. L. LEI 10.639/03: Reflexão e combate à discriminação racial nas escolas. In: **O professor PDE e os desafios na escola pública paranaense**. Vol. 1. Cornélio Procópio/PR: Secretaria do Estado da Educação (SEE)/ Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), 2010. 22p.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SFE, 2005.

NASCIMENTO, A. **Carta do Professor Abdias do Nascimento ao Presidente Lula**. Geledés: Instituto da Mulher Negra: Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-de-abdias-nascimento-ao-presidente-2/>. Acesso em: 24 out. 2019.

PEREIRA, E. A. Valores culturais afrodescendentes na escola. **Diálogos, Revista de Ensino Religioso**. n.49, p: 8-11, 2008.

REIS, M. B. **Biblioteca universitária pública e a disseminação da informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ROCHA, L. C. P. **Políticas afirmativas e educação: a Lei 10.639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil Contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTOS, S. A. **Educação: um pensamento negro contemporâneo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. 300p.

SANTOS, K. R. C.; SOUZA, E. P. (Org.). **SEPPIR – Promovendo a Igualdade Racial: para um Brasil sem racismo**. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. 1ª Ed. Brasília, 2016.

SANTOS, S. A. **Educação: um pensamento negro contemporâneo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. 300p.

Santos, S. A.; Gomes, N. L.; Cavalleiro, E.; Sousa, F. M. N.; Silva, N. F. I.; Wedderburn, C. M.; Anjos, R. S. A.; SOUSA, A. L.; Santos, M. F. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (Coleção Educação para todos). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005. 236 p.

SANTOS, S. A. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: **Educação Antirracista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Brasília. p.21-37. 2005a

SANTOS, S. A. A Lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. 2º edição, IPEA: Brasília. p. 21-35, 2005b.



SILVA, A. C. A Desconstrução da discriminação no livro didático. In: Munanga, K. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, R. M. N. B.; COELHO, W. N. B. **Os Enunciados nos Documentos Legais: a representação negra, um ritual pedagógico a favor da diferença racial**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 14, n. 34, p. 112-138, 2013.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v.20, n.3, p: 489-506, 2007.

SILVA, P. B. G.; Silvério; V. R. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p.

SILVA, M. A. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In CAVALLEIRO, E. **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa sociedade**. São Paulo: Summus, 2001.p. 65-82.

SILVEIRA, F. J. Biblioteca, memória e identidade social. In **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.15.n.3, p.67-86, set./dez. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

**ANEXO – Lista dos títulos encontrados no acervo da BBT-UFV durante a pesquisa bibliográfica**

1. ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino. **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estatísticas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 123 p. ISBN 9788575265130 (broch.).
2. ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação como prática da diferença.** Campinas: Armazém do Ipê, 2006. 183 p. ISBN 8574961558 (broch.).
3. AFRICA and Latin America: perspectives for interregional co-operation. [s.l.] 301p.
4. ÁFRICA (SÃO PAULO). São Paulo: USP Centro de Estudos Africanos, 99sp-. Anual. ISSN 0100-8153.
5. AFROCHAMBER. São Paulo: Câmara de Comércio Afro-Brasileira, 99sp-.
6. AGUIAR, Márcio Mucedula. **A especificidade da ação afirmativa no Brasil: o caso do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba-MG.** Dourados, MS: Ed. da UFGO, 2009. 145 p. ISBN 9788561228514 (broch.).
7. AJAYI, J. F. Ade; UNESCO; BRASIL; Ministério da Educação; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **África do Século XIX à década de 1880.** Brasília, DF: UNESCO, MEC, 2010. xxviii 1003 p. ISBN 9788576521280 (broch.).
8. AMORIM, Sara Passabon. **A performance bantu do caxambu: entre a ancestralidade e a contemporaneidade.** Vitória, ES: Cousa, 2017. 235 p. ISBN 9788563746801.
9. ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 319 p. ISBN 9788535914016 (broch.).
10. ALMEIDA, Raimundo César Alves de. **Bibliografia crítica da capoeira.** Brasília, DF: DEFER, CIDOCA, 1993. 178 p.
11. ALVES, Henrique L. **Bibliografia afro-brasileira: estudos sobre o negro.** 2.ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979 181p
12. ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1991. 86 p. ISBN 8508018762 (broch).
13. ALMEIDA, Rodrigo de; PIMENTA, Letícia; CYPRIANO, André. **Capoeira: luta, dança e jogo da liberdade.** São Paulo: Aori Comunicação, 2009. 201 p. ISBN 9788599953044 (enc.).
14. ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988).** Bauru, SP: EDUSC, 1998. 443 p. ISBN 8586259195
15. ANJOS, José Carlos Gomes dos. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira.** Porto Alegre: UFRGS Ed., 2001. 126 p. ISBN 8570258852 (broch.). Número de chamada: 305.89608165 A599n 2006

16. ANTÔNIO ELISABETH DA SILVA SOUZA NUNES; OLIVEIRA, Elias Vieira de. **Implementação das diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica:** Antônia Elisabeth da Silva Souza Nunes, Elias Vieira de Oliveira. Brasília, DF: MEC, 2008. 182 p.
17. ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a África.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 1991. 80 p.
18. APARTHEID: la politica de discriminacion racial en Sudafrica. Buenos Aires, Argentina: [s.n.], 1976. 38 p.
19. AREIAS, Almir Ds. **O que é capoeira:** Almir das areias; [capa e ilustrações: Ettore Bottini]. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 113, [2] p. ISBN 8511010963 (broch.).
20. ARQUIVO NACIONAL (BRASIL); BRASIL Departamento de Imprensa Nacional. **Guia brasileiro de fontes para a história da África:** da escravidão negra e do negro na sociedade atual: fontes arquivísticas. Rio de Janeiro: Brasília, DF; O Arquivo: O Departamento, 2v. (1296 p.) (Guia de fontes pa a história das nações ; 11).
21. ASSIS, Meirilane Lima de; MORATO, Maria Aparecida Oliveira. **Discriminação racial:** dificuldades de integração da criança negra na escola. Viçosa, MG: UFV, DPE, 2005. 19 f. ISBN (broch.).
22. ÁVILA, Thiago André Pierobom de; FARRANHA, Ana Claudia; BRASIL Procuradoria Geral da Justiça. **Acusações de racismo na capital da República:** obra comemorativa dos 10 anos do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do MPDFT. Brasília, DF: Procuradoria Geral de Justiça, 2017 544 p. ISBN 9788593443015.
23. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Abolicionismo:** Estados Unidos e Brasil, uma história comparada : século XIX. São Paulo: Annablume, 2003. 253 p. ISBN 8574193755 (broch.).
24. AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco:** o negro no imaginário das elites século xix. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2004. 254 p. ISBN 9788574194844 (broch).
25. AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial:** ideologia e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975. 107 p.
26. BALBINO, Ana Cristina da Silva; ALVES, Flávia de Freitas. **Análise de imagens em livros didáticos e suas implicações para a construção da identidade negra.** Viçosa, MG: [s.n.], 2011. 21 f.
27. BARBOSA, Erika David; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. **Ações afirmativas na Universidade Federal de Viçosa:** uma análise das condições de permanência. Viçosa, MG, 2017 xiii, 89f. Orientador: Karla Maria Damiano Teixeira
28. BARBOSA, Nila Rodrigues; SILVA, Ulisses Manoel da. **Quilombolas:** somos todos parte dessa história. Belo Horizonte, MG: Bicho do Mato, 2014. 158 p. ISBN 9788561359065 (broch.).

29. BARCELLOS, Daisy Macedo de. **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade.** Porto Alegre: UFRGS Ed, 2004. 484 p. ISBN 8570257392 (broch.).
30. BASTIDE, Roger. **As americas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo.** São Paulo: difusão Européia do Livro, 1974. 210 p.
31. BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil: contribuição e uma sociologia das interpenetrações de civilizações.** São Paulo: Pioneira, 1971 2v
32. BASTIDE, Roger. **Brasil: terra de contraste.** 2.ed. São Paulo: difusão Europeia do Livro, 1964. 260 p.
33. BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan; CARDOSO, Fernando Henrique. **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana.** 4 ed. rev. São Paulo: Global, 2008. 302 p. ISBN 9788536012585 (broch.).
34. BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito nagô.** 4. reimp ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 379 p. ISBN 9788535901375 (enc.).
35. BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros.** São Paulo: Perspectiva, 1983. 384 p.
36. BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 252 p. ISBN 9788532638243.
37. BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850.** São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010. 396 p. ISBN 9788579700347 (broch.).
38. BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888.** Bauru, SP: EDUSC 390 p. ISBN 8574602280.
39. BERGMAN, Michel. **Nasce um povo: estudo antropológico da população brasileira: como surgiu, composição racial, evolução futura.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. 204 p.
40. BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Betanha, o Brasil e a questão do comércio de escravo, 1807-1869.** Brasília, DF: Senado Federal, 2002. 475 p.
41. BRAGA, Ana Maria Gomes; SANT'ANNA, Terezinha Aziz Alexandre. **Inclusão: preconceito e discriminação, igualdade com dignidade.** Viçosa, MG: UFV, DPE, 2005. 34 f. ISBN (broch.).
42. BRAGA, Julio. **Fuxico de candomblé: estudos afro-brasileiros.** Feira de Santana, BA: UEFS, 1998. 113 p.
43. BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia Magalhães; BRASIL Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola.** Brasília, DF: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. 363 p. ISBN 8529600401(broch.).

44. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?.** Campinas: Autores Associados, 2005. 108 p. ISBN 8574961191 (broch.).
45. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1986 173p
46. BRANDÃO, Rozenilda Fernandes Viana; RODRIGUES, Maria das Graças Lopes. **Racismo: pluralidade racial na escola.** Viçosa, MG: UFV, DPE, 2005. 15 f. ISBN (broch.).
47. BRASIL 500 anos de povoamento. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p. ISBN 9788524039409.
48. BRASIL; Ministério da Educação; Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana.** Distrito Federal: Ministério da Educação, 2004. 35 p. ISBN (broch.).
49. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano nacional de implementação de diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, c2013. 103 p. ISBN 9788579940798 (broch.).
50. BRASIL. Parecer nº 11/2000, de 10 de maio de 2000. Brasília: CNE-CEB/MEC. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011\\_00.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf)>. Acessado em: 21/09/2019.
51. BRASIL; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **História da educação do negro e outras histórias.** Brasília, DF: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 276 p. (Educação para todos). ISBN 852960038X (broch.).
52. BRASILEIRO, Jeremias. **Congadas de Minas Gerais.** Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2001. 163 p.
53. BRITO, Ângela Ernestina Cardoso de; OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E; AÇÃO EDUCATIVA (ORGANIZAÇÃO); ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (BRASIL). **Identidade negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil.** São Paulo: Ação Educativa, Rio de Janeiro: ANPED, [2003?]. 199 p. ISBN 9788586392092 (broch.).
54. BROOKSHAW, David; KIRST, Marta. **Raça e cor na literatura brasileira.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 266 p.
55. BRUHNS, Heloisa T. **Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro.** Campinas: Papyrus, 2000. 158 p. ISBN 85308058860 (broch.).
56. BRYAN, G. Mcleod. **Whither Africa?.** Richmond, Va.: J. Knox Press, 1961. 157 p.

57. CAMPOS, June Rodrigues Pereira; OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Etnomatemática e cultura afro-brasileira na sala de aula:** tendências e desafios. Viçosa, MG, 2011. 30 f. Orientador: Milton Ramon Pires de Oliveira
58. CAMPOS, Marialice Souzalima; PEREIRA, Alexandre Pimenta Batista. **Podem as ações afirmativas ser fundamentadas pelos princípios da dignidade da pessoa humana?:** uma análise crítica da viabilidade do sistema de cotas para negros nas IFES. Viçosa, MG, 2004. vi, 63 f. Orientador: Alexandre Pimenta Batista Pereira
59. CANEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Ênfases e omissões no currículo.** Campinas: Papirus, 2001. 240 p. ISBN 8530806506 (broch.).
60. CAPELA, José. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904.** Porto: Agricole, 2002. 395 p. ISBN 9789723606003 (broch.).
61. CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson Afonso; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Centro de Estudos Afro-Orientais; CNPQ. **Faces da tradição afro-brasileira:** religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas, Salvador: UFBA Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006. 346 p. ISBN 853470225x (broch.).
62. CARDOSO, Fernando Henrique Presidente do Brasil. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. 339 p.
63. CARDOSO, Luciana Figueiredo; SANTANA, Pompéia Maria. **O negro e a escola.** Viçosa, MG: UFV, DPE, 2005. 31f. ISBN (broch.).
64. CARMO, Luiz Carlos do; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **As congadas de Catalão-GO:** as relações, os sentidos e valores de uma tradição centenária. Catalú: Universidade Federal de Goiás, 2008. 348 p. ISBN 9788560711185 (broch.).
65. CARNEIRO, Edison. **Candombles da Bahia.** 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 145 p.
66. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial:** Portugal e Brasil-Colônia. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 287 p. ISBN 8511130349 (broch.).
67. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia:** os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 2005. 327 p. ISBN 8527307138 (broch.).
68. CARVALHO, Elaine Aparecida de; MOTA, Maria Veranilda Soares. **A questão racial na prática escolar:** cultura e percepção docente. Viçosa, MG, 2009. 44 f. Orientador: Maria Veranilda Soares Mota.
69. CARVALHO, Ícaro Trindade; DOULA, Sheila Maria. **O quilombo de Santo Antônio de Pinheiros Altos:** entre o processo de reconhecimento e a construção cultural. Viçosa, MG, 2009. xv, 212 f. Orientador: Sheila Maria Doula
70. CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. **A escravidão:** convergências e divergências. Viçosa, MG: Folha de Viçosa, 1988. 117 p.

71. CARVALHO, José Jorge de. **A política de cotas no ensino superior:** ensaio descritivo e analítico do mapa das ações afirmativas no Brasil. Brasília, DF: INCT, 2016. 119 p.
72. CARVALHO, José Jorge de. **O quilombo do Rio das Rãs:** Histórias, tradições, lutas. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais Universidade Federal da Bahia, 1996. 270 p.
73. CARVALHO, Laís Ferreira de; OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. Desconstrução do preconceito racial na escola: potencialidades e contribuições do lúdico e da literatura infantil. Viçosa, MG, 2013. 1 v. Orientador: Milton Ramon Pires de Oliveira.
74. CARVALHO, Mirian Janaína Condé; SILVEIRA, Lidiane Nunes da. **O ensino de história e cultura afro-brasileira (Lei 10.639):** Mirian janaína Condé Carvalho. Viçosa, MG, 2009. 43 f. Orientador: Lidiane Nunes da Silveira
75. CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2012. 110 p. ISBN 9788572441476 (broch.).
76. CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação:** repensando nossa escola. 3 ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. 213 p. ISBN 8587478141 (broch.).
77. Clarendon Press. Cartographic Department. **Africa.** Oxford, Eng.: Clarendon Press, 1967 Orientador: Sin-Huei Wang, Dissertacao ( mestrado ) - ESAL
78. CLÁUDIA LEMOS VÓVIO.; TIMOTHY DENIS IRELAND. **Construção coletiva:** contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília, DF: SECAD, UNESCO, 2008. 361 p. ISBN 9788560731572 (broch.).
79. COLA ALBERICH, Julio. **Africa do Sul:** impressões de uma viagem. Queluz, Port.: Literal, 1977. 251 p.
80. CONCURSO DE DOTAÇÕES PARA PESQUISA NEGRO E EDUCAÇÃO, 3., São Paulo, SP; OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E; PINTO, Regina Pahim. **Negro e educação 3:** escola, identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Rio de Janeiro: ANPED, 2005. 263 p. ISBN 858638206X.
81. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850 - 1888.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1978 394p
82. CONSTRUÇÃO de identidade e inclusão social do afro-brasileiro. Belo Horizonte: UEMG/PROPEX, 2005. 140 p. ISBN 9788587042705 (broch.).
83. CORRÊA, Alexandre Fernandes. **O museu mefistofélico e a distabuzação da magia:** análise do tombamento do primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. São Luís, MA: EDUFMA, 2009. 192 p. ISBN 9788578620479 (broch.).
84. COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição.** 5 ed. São Paulo: Global, 1994. 102 p. ISBN 8526000659 (broch.).
85. COSTA, Lamartine Pereira da. **Capoeira sem mestre.** Rio de Janeiro: Tecnoprint, 19- . 102 p.

86. CUTI, Luiz Silva. **Negros em contos:** Cuti. Belo Horizonte: Mazza, 1996. 141 p. ISBN 8571600783.
87. ÇÃOTI,; FERNANDES, Maria das Dores. **Consciência negra do Brasil:** os principais livros. Belo Horizonte: Mazza Edicoes, 2002. 111 p. ISBN 8571602131.
88. D' AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática:** elo entre as tradições e a modernidade. 2 ed. 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 110 p. ISBN 9788575260197 (broch.).
89. DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe Maria; ABREU, Martha. **O negro no Brasil:** trajetórias e lutas em dez aulas de história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 166 p. ISBN 9788539004263 (broch.).
90. DA senzala para os saloes ( coletania ). Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. 219 p.
91. DAVIS, Angela Y. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 1981. 244 p. ISBN 9788575595039 (broch.). Número de chamada: 305.42 D261m 1981 (BBT)
92. DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 559 p. ISBN 8520005543 (broch.).
93. DAVIS, Darién J.; LINDOSO, Felipe. **Afro-brasileiros hoje.** São Paulo: Selo Negro, Selo Negro, 2000. 128 p. ISBN 8587478095 (broch.).
94. DIJK, Teun Adrianus Van; UNESCO. **Racismo e discurso na América Latina.** Brasília, DF: UNESCO, São Paulo, Contexto, 2008. 383 p. ISBN 9788572443678 (broch.).
95. DAIBERT JÚNIOR, Robert; PEREIRA, Edimilson de Almeida; MUSEU DE ARTE MURILO MENDES. **No berço da noite:** religião e arte em encenações de subjetividades afrodescendentes. Juiz de Fora, MG: MAMM, 2012. 293 p. ISBN 9788562136061 (broch.).
96. DIEGUES JUNIOR, Manuel. **A Africa na vida e na cultura do Brasil.** Rio de Janeiro: Artes Gráficas Schulze, 1977. 65 p.
97. DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Etnias e culturas no Brasil.** 4.ed. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972 183p
98. DISCRIMINAÇÃO: uma questão de direitos humanos: Projeto Brasil, gênero e raça : todos unidos pela igualdade de oportunidades. Brasília, DF: Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998. 41 p.
99. DUQUE-ESTRADA, Osório. **A abolição.** Brasília, DF: Senado federal, Conselho Editorial, 2005. 256 p.
100. EDUCAÇÃO anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC, 2005. 232 p.
101. ENCONTRO DE PROFESSORES DE LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1., 1991, Niterói, RJ; PADILHA, Laura Cavalcante. **Repensando a africanidade.** Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1995. 428 p.



102. EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Lourdes Helena da. **À flor da pele: entre relatos e fatos à discriminação da mulher negra.** Viçosa, MG, 2009. 18 f. Orientador: Lourdes Helena da Silva
103. FANON, Frantz; SILVEIRA, Renato da; GORDON, Lewis R. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 1971. 191 p. ISBN 9788523204839 (Broch.). Número de chamada: 305.896 F214p 1971
104. FARIAS, Juliana Barreto. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX.** São Paulo: Alameda, 2006. 174 p. ISBN 9788598325347.
105. FASI, Muhammad; UNESCO; BRASIL; Ministério da Educação; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **África do século VII ao XI.** Brasília, DF: UNESCO, MEC, 2010. xxviii 1024 p. ISBN 9788576521259 (broch.).
106. FERKISS, Victor C. **Africa: um continente a procura de seu destino.** Rio de Janeiro: G. R. D., 1967. 358 p.
107. FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Dominus, 1965. 2 v.
108. FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o 'poder institucional'.** São Paulo: Globo, 2010. 319 p. ISBN 9788525048035 (broch.).
109. FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: difusão Européia do Livro, 1972. 285 p. Número de chamada: 301.45196081 F363n 1972
110. FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez, 1989. 111 p. ISBN 8524901950 (broch.).
111. FERNANDES, Jorge. **Negros na Amazônia acreana.** Rio Branco: EDUFAC, 2012. 212 p. ISBN 9788582360002 (broch.).
112. FERNANDES, José Loureiro. **Congadas paranaenses.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977. 45 p.
113. FERREIRA, Rodrigo de Souza; BOTELHO, Maria Izabel Vieira. **Os dançadores do Rosário ganham novos trajes: Congada, Igreja e 'Amigos da Congada' em Brás Pires/MG.** Viçosa, MG, 2005. xi, 180f. Orientador: Maria Izabel Vieira Botelho
114. FIGUEREDO, Ariosvaldo. **O negro e a violência do branco (o negro em Sergipe ).** [Rio de Janeiro]: [s.n.] 120 p.
115. FIGUEIREDO, Luciano; BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL); SOCIEDADE DE AMIGOS DA BIBLIOTECA NACIONAL. **A era da escravidão.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Sabin, 2009. 128 p. ISBN 9788587070050 (broch.).
116. FIGUEIREDO, Luciano; BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL); SOCIEDADE DE AMIGOS DA BIBLIOTECA NACIONAL. **Raízes Africanas.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Sabin, 2009. 112 p. ISBN 9788587070081 (broch.).
117. FINLEY, M. I. **Escravidão antiga e ideologia moderna: Moses I. Finley; tradução de Norberto Luiz Guarinello.** Rio de Janeiro: Graal, 1991. 208 p.

118. FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão (I)**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. [287] p. ISBN 8570413661.
119. FLORES, Moacyr. **Colonialismo e missões jesuíticas**. Porto Alegre: Est , Instituto de Cultura Hispanica do Rio Grande do Sul, 1982. 196 p.
120. FLORES, Moacyr. **Cultura afro-brasileira**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. 64 p.
121. FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas**: Dagoberto José Fonseca. São Paulo: Selo Negro, 2009. 140 p. ISBN 9788587478399 (broch.).
122. FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Brasil afro-brasileiro**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 347 p. ISBN 9788586583797 (broch.).
123. FONSECA, Maria Nazareth Soares; ÇÃORY, Maria Zilda Ferreira. **África**: dinâmicas culturais e literárias. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. 518 p. ISBN 9788560778966 (broch.).
124. FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges. **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Mazza, 2011. 215 p. (Pensar a educação, pensar o Brasil. Seminários). ISBN 9788571605459 (broch.).
125. FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; PINTO, Regina Pahim. **Negro e educação**: presença do negro no sistema educacional brasileiro. São Paulo: Ação Educativa; Rio de Janeiro: ANPED, 2001. 100 p. (Ação educativa). ISBN (broch.).
126. FRANKENBERG, Ruth. **White women, race matters**: the social construction of whiteness. Minneapolis, Minnesota [Estados Unidos]: University of Minnesota, c1993. 289 p. ISBN 0816622582 (broch.).
127. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global, 2004 719 p., [32] p. de estampas ISBN 8526008692.
128. FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**: . 2 ed. aum. São Paulo: Nacional, Recãe: IJNPS, 1979. 125 p.
129. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 248 p.
130. FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **A Cor da cultura**.. [ Rio de Janeiro]: Fundação Roberto Marinho, 2006?]. várias peças
131. GARCIA, Renisia Cristina. **Identidade fragmentada**: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira - 1993-2005. Brasília, DF: INEP, 2007. 111 p. ISBN 9788586260834 (broch.).
132. GARCIA, Renísia Cristina; CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira; SILVA, Maria Abádia da. **Raça e classe na gestão da educação brasileira**: a cultura na implementação de políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2011. xxiv, 339 ISBN 9788574962757 (broch.).

133. GIFFONI, Maria Amália Corrêa. **Dancas da Ásia, África e Oceânia**. São Paulo: Nobel, 1974. 222 p.
134. GIORDANI, Mário Curtis. **História da África: anterior aos descobrimentos : Idade Moderna, I**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 183 p., [61] p. de estampa ISBN 9788532608451 (broch.).
135. GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política: 1888-1937**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. 92 p. (Descobrimdo o Brasil). ISBN 8571108765 (broch.).
136. GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 150 p. ISBN 9788575260661 (broch.).
137. GOMES, Nilma Lino; BRASIL; Ministério da Educação; BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO; ; UNESCO. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei n. 10639: organização: Nilma Lino Gomes**. Brasília, DF: MEC, UNESCO, 2012. 421 p. ISBN 9788579940668 (broch.).
138. GOMES, Nilma Lino; BRASIL Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. Brasília, DF: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. 119 p. ISBN 8529600398 (broch.).
139. GONÇALVES, Miriam Helena; FARIAS, Carlos Vasconcelos. **O aluno negro no contexto escolar: a construção identitári de alunos negors em uma escola pública**. Viçosa, MG: [s.n.], 2007. 33 f.
140. GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 3 ed., 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 118 p. ISBN 8586583197 (broch.).
141. GONÇALVES, Samira de Souza Ferreira; ALVES, Maria Nilda Silva de Pádua. **A discriminação racial na escola**. Viçosa, MG: UFV, DPE, 2005. 30 f. ISBN (broch.).
142. GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990. 271 p. ISBN 8508037538 (broch.).
143. GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Classes, raças e democracia: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães**. São Paulo: FUSP, Ed. 34, 2006. 231 p. ISBN 857326232X (broch.).
144. GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2008. 144 p. ISBN 9788524913556 (broch.).
145. GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil: Antônio Sérgio Alfredo Guimarães**. 2 ed. rev. São Paulo: Ed. 34, FUSP, 2005. 254 p. ISBN 8573261390 (broch.).
146. GUIMARÃES, Nadya Araujo; BARRETO, Vanda Sampaio de Sá ; A COR DA BAHIA (PROGRAMA). **Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador**. São Paulo: Annablume, A Cor da Bahia, 1998. 228 p. ISBN 8574190373 (broch.).

147. GUIMARÃES, S. Pinheiro; INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (BRASIL); BRASIL Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **África do Sul: visões brasileiras**. Brasília, DF: CAPES, IPRI, 2000. 322 p.
148. HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 410 p. ISBN 9788570413567 (broch.).
149. HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília, DF: UNESCO Bsb, 2002. 102 p. ISBN 8587853600 (broch.).
150. HERNANDEZ, Leila M. G. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 1. reimpr ed. São Paulo: Selo Negro, 2005. 679 p. ISBN 9788587478552 (broch.).
151. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984. 158 p.
152. IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978. 142 p.
153. JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília, DF: IPEA, 2002. 151 p. ISBN 8586170488 (broch.).
154. JESUS, Alysson Luiz Freitas de. **No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade, 1830-1888**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte, MG: FAPEMIG, 2007. 242 p. (Olhares). ISBN 9788574197319 (broch.).
155. JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000. 173 p. ISBN 9788508043637.
156. JONES, James M. **Racismo e preconceito: James M. Jones ; tradução Dante Moreira Leite**. São Paulo: Blucher, EDUSP, 1973. 173 p.
157. JONGE, Klaas de. **África do Sul: apartheid e resistência**. São Paulo: Cortez, Eboh, 1991. 104 p., [16] p. de estampa ISBN 8524904429 (broch.).
158. JOSÉ, Oiliam. **O negro na economia mineira**. [S.l.]: [s.n.], 1993. xiv, 334 p.
159. KABENGELE MUNANGA. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986. 88 p. ISBN 8508006861 (broch.). Número de chamada: 305.896 K113n 1986 (BBT)
160. KABENGELE MUNANGA. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2 ed. 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 150 p. ISBN 8575261274 (broch.).
161. KABENGELE MUNANGA.; BRASIL Ministério da Educação. **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. 204 p.
162. KABENGELE MUNANGA; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje: Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes**. São Paulo: Global, Ação Educativa, 2006. 224 p. (Para entender). ISBN 9788526011342 (broch.).

163. KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: a formação da nação : da colônia à independência, puritanos, índios e negros, a ruptura e o novo país.** São Paulo: Contexto, 2005. 109 p. ISBN 9788572441773 (broch.).
164. KLEIN, Herbert S., 1936. **Escravidão africana: America Latina e Caribe.** São Paulo: Brasiliense, 1987. 316 p.
165. KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do Sec. XIX.** São Paulo: EDUSP, 2002. 235 p. ISBN 853140259X (broch.).
166. LARA, Larissa Michelle; AQUILE, Newton. **As danças do sagrado no profano: transpondo tempos e espaços em rituais de candomblé.** Campinas, 1999. viii, 207 f. Orientador: Newton Aquiles
167. LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 430 p., [24] p. de estampa ISBN 9788535910339.
168. LE CLÉZIO, J.-m. G; FRÓES, Leonardo. **O africano: J. M. G. Le Clézio ; tradução Leonardo Fróes.** São Paulo: Goethe-Institut São Paulo, 2007. 122 p. ISBN 9788575035894 (broch.).
169. LEGISLAÇÃO da Província da Bahia sobre o Negro: 1835 a 1888. Salvador: FUNCEB/DIBIP, 1996. 296 p.
170. LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. 269 p. ISBN 857041109X (broch.).
171. LIMA, Edilson Vitorelli Diniz. **Estatuto da igualdade racial e comunidades quilombolas: Lei n. 12.228/2010 e Decreto n. 4.887/2003.** Salvador, BA: Jus Podivm, 2012. 300 p. (Leis para Concursos). ISBN 9788577616275.
172. LIMA, Dilson Bento de Faria. **Malungo, decodificação da umbanda: contribuição a história das religiões.** Rio de Janeiro: EDUSP, 1979. 241 p.
173. LIMA, Oliveira; FREYRE, Gilberto; MARTINENCHE, E.; VERÍSSIMO, José. **Formação histórica da nacionalidade brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, São Paulo: Art, 2000. 270 p. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). ISBN 8574021997 (broch.).
174. LITTLE, Kenneth L; SHAPIRO, Harry L; LEIRIS, Michel; LÉVI-STRAUSS, Claude; COMAS, Juan. **Raça e ciência I: Juan Comas, Kenneth L. Little, Harry L. Shapiro, Michel Leiris, C. Lévi-strauss.** São Paulo: Perspectiva, 1970. 272 p. ISBN 8527305623 (broch.).
175. LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p. ISBN 8586583618 (broch.).
176. LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **Colonizador - colonizado: uma relação educativa no movimento da história.** Belo Horizonte: UFMG, 1985. 259 p. Número de chamada: 370.98151 L864c 1985

177. LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana. **Acesso e permanência da população negra no ensino superior**. Brasília, DF: MEC, UNESCO, 2007. 355 p. ISBN 9788560731060 (broch.).
178. LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Ed. rev. e atual. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. 239 p. (Cultura negra e identidades). ISBN 8575262157 (broch.).
179. LOPES, Nei. **O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical: partido-alto, calango, chula e outras cantorias**. Rio de Janeiro: Pallas, 1992. 149 p. ISBN 853470144x.
180. LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história e suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 497 p. ISBN 8520005896 (broch.).
181. LODY, Raul Giovanni. **Afoxe**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1976. 36 p.
182. LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. 2. ed., rev. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976. 356 p.
183. LUZ, Murilo da; VIEIRA, Soraya Maria Ferreira. **Capoeira: jogo, cultura e educação**. Viçosa, MG: [s.n.], 2011. 45 f.
184. LUZ, Nícia Vilela. **A Amazônia para os negros americanos ( as origens de uma controvérsia internacional )**. Rio de Janeiro: Saga, 1968 187p
185. MACEDO, Robson. **Congadas de Catalão**. Catalú, GO: R. Macedo, 2007. 98 p. ISBN 9788590743200 (enc.).
186. MACIEL, Fernanda Dias; AZEVEDO, Denilson Santos de. **Negritude e educação: para além da Lei 10.639/2003 (ensino de história e cultura afro-brasileira)**. Viçosa, MG, 2010. 60 f. Orientador: Denílson Santos de Azevedo.
187. MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1976 v.2
188. MARGULIES, Marcos. **Do racismo ao sionismo: uma análise conceitual**. Rio de Janeiro: Documentário, 1976. 162 p.
189. MARONO, Talita Tiengo; GABRIELLI, Michelle Aparecida. **Capoeira: a história de um corpo**. Viçosa, MG, 2011. 57 f. Orientador: Michelle Aparecida Gabrielli.
190. MARTINS, Saul. **Congado: família de sete irmãos**. Belo Horizonte: SESC, 1988. 47 p.
191. MARTINEZ, Paulo. **Africa e Brasil: uma ponte sobre o Atlântico**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1992. 72 p. ISBN 85-16-00769-3 (broch.).
192. MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, UNESCO, 2009. 217 p. ISBN 9788572443715 (broch.).
193. MAURIZI, Luigi. **Alforria: floreios na servidão**. 1.ed. Blumenau, SC: Nova Letra, 2011. 85 p. ISBN 9788576825579

194. MAZRUI, Ali Al'amin; UNESCO; BRASIL; Ministério da Educação; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **África desde 1935**. Brasília, DF: UNESCO, MEC, 2010. xxviii, 1243 p. ISBN 9788576521303 (broch.).
195. MEDEIROS, José. **Candomblé**. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, 2009. 110 p. ISBN 9788586707315 (broch.).
196. MEIER, August. *Negro thought in America 1880-1915: racial ideologies in the age of Booker T.* Washington. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1987. x, 336 p. ISBN 0472061186 (pbk).
197. MENDONÇA, Ana Paula Fernandes de; MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz de. **Pedagogias antirracistas: tensões e possibilidades de caminhos em construção**. Viçosa, MG, 2011. xii, 151 f. Orientador: Rita Márcia Andrade Vaz de Mello.
198. MILAGRES, Jóvirson. **História de um Negro Chorão: cultura afro-brasileira e a música de Pixinguinha nas escolas**. Juiz de Fora, MG: Editar, 2013 +. 1 CD-ROM (4 3/4 pol.) 63 p. ISBN 9788578510541 (broch.).
199. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **AFRO-BRASILEIROS: contextos rituais de cura**. São Paulo: Nacional, [2012]. 1 DVD (30 min.).
200. MIRANDA, Emmanuela Aparecida; COELHO, Edgar Pereira. **A política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais: análise do acesso e da permanência**. Viçosa, MG, 2017 224 f. Orientador: Edgar Pereira Coelho
201. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. 3. reimpr ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 300 p. [8] p. de estampas ISBN 8571643946.
202. MOKHTAR, Mohamed Gamal El-din; UNESCO; BRASIL; Ministério da Educação; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **África antiga**. 2 ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, MEC, 2010. lxii, 944 p. ISBN 9788576521242 (broch.).
203. MOORE, Carlos; MADEIRA, Bruno Gine. **O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão**. Belo Horizonte: Nandyala, Uberlândia: Cenafro, 2010. 132 p. ISBN 9788561191344 (broch.).
204. MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia Brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 217 p
205. MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 100 p.
206. MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. 250 p. ISBN 8508029337 (broch.).
207. MOURA, Larissa Geórgia Bráulio; DOULA, Sheila Maria. **Vozes da resistência: tradição, inovação e participação da juventude no congado de Estrela do Indaiá - Minas Gerais**. Viçosa, MG, 2012. xiv, 225 f. Orientador: Sheila Maria Doula
208. MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência: mulher na luta contra a escravidão**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. 86 p. ISBN 8585134208 (broch.).

209. MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações.** São Paulo: Global, 2009. 109 p. ISBN 9788526012660 (broch.).
210. NABUCO, Joaquim. **A escravidão.** 1. reimp ed. Rio de Janeiro: Batel, Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 125 p. ISBN 9788599508244 (broch.).
211. NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo. Art, 2000. xxii,183 p. ISBN 8520909930 (Nova Fronteira).
212. NAÇÕES UNIDAS. **Gender dimensions of racial discrimination.** Genebra: United Nations, 2001. 31 p. ISBN 9211541387.
213. NASCIMENTO, Abdias do. **Combate ao racismo: discursos e projetos.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1983. 84 p.
214. NASCIMENTO, Abdias do. **Sortilegio II: mistério negro de Zumbi redivivo.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1979. 141 p.
215. NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009. 398 p.: il. ISBN 9788587478269 (broch.).
216. NIANE, Djibril Tamsir; UNESCO; BRASIL; Ministério da Educação; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **África do Século XII ao XVI.** 2 ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, MEC, 2010. xxvii, 862 p. ISBN 9788576521266 (broch.).
217. NOGUEIRA, Oracy; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga.** São Paulo: EDUSP, 1998. 245 p. ISBN 8531404401 (broch.).
218. NORONHA, Maria Helena Vieira Pires. **Africa, adeus: poemas.** Florianópolis: UDESC, 1979. 65 p.
219. OGOT, Bethwell A.; UNESCO; BRASIL; Ministério da Educação; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **África do século xvi ao xviii.** Brasília, DF: UNESCO, MEC, 2010. xxx, 1176 p. ISBN 9788576521273 (broch.).
220. OLIVEIRA, Eduardo de. **Quem e quem na negritude brasileira.** São Paulo: Congresso Nacional Afro-brasileiro, Brasília, DF: Secretaria Nacional de Direitos humanos do Ministerio da Justica, 1998. 306 p.
221. OLIVEIRA, Iolanda de. **Negro e educação 4: linguagens, resistências e políticas públicas.** São Paulo: Ação Educativa, ANPED, 2007. 340 p. ISBN 9788586382130 (broch.).
222. OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula.** Campinas: Papirus, 1994. 119 p. ISBN 8530802942 (broch.).
223. OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Interfaces das africanidades em educação nas Minas Gerais.** Juiz de Fora, MG: [Ed. da UFJF], 2013. 186, [12] p. ISBN 9788576721802 (broch.).



224. OLIVEIRA, Mirian Terezinha de; DUTRA, Marilene de Lima. **O preconceito racial presente nos bancos escolares**. Viçosa, MG: UFV, DPE, 2005. 22 f. ISBN (broch.).
225. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Paralelo 15, 2006. 255 p. ISBN 8571396833 (broch.).
226. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976. 118 p.
227. O NEGRO no mercado de trabalho. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, c2005. 267, [5] p. ISBN 8575720031.
228. ORIENTAÇÕES e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006. 261 p. ISBN 8529600428 (broch.).
229. PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza de. **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. 151 p. ISBN 9788575720165 (broch.).
230. PACHECO, Josephine Fenneli; PACHECO, Armando Correia. **O problema do racismo nos Estados Unidos**. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 1983 157 p.
231. PAIVA, Aline Cristina; SOUZA, Neli Gonçalves. **O ensino da história e cultura da África e Afro-brasileira - Lei 10.639: o desafio da formação do professor**. Viçosa, MG, 2010. viii, 46 f. Orientador: Neli Gonçalves Souza.
232. PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 285 p. ISBN 8570412711 (broch.).
233. PEREIRA, João Baptista Borges. **Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo**. São Paulo: Pioneira, 1967. 285 p.
234. PEREIRA, Luiza Helena. **Ensino de sociologia: volume 2 diversidade, minorias, intolerância e discriminação social**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. 264 p. (Ensino de Sociologia; v. 2). ISBN 9788577274840
235. PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SERRANO, Gisella de Amorim; PORTO, Amélia Pereira Batista. **Quilombolas e quilombos: histórias do povo brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Rona, 2012. 80 p. ISBN 9788562805141.
236. PEREIRA, Geruza Aziz do Brasil; TEIXEIRA, Maria do Carmo Couto. **Capoeira Angola: atividade interdisciplinar estimuladora de processos educativos**. Viçosa, MG, 2011. vi, 29 f. Orientador: Maria do Carmo Couto Teixeira
237. PINSKY, Jaime (Org.). **12 faces do preconceito**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 123 p. ISBN 8572441042 (broch.).
238. PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Global, 1987. 70 p. : il ISBN 8526000756.
239. PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010. 181 p. ISBN 9788587478412 (broch.).

240. PINTO, L. A. Costa (Luiz de Aguiar Costa). **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança.** 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. 308 p. ISBN 8571081395 (broch.).
241. PORTO, Liliana. **Curitiba entra na roda: presença(s) e memória(s) da capoeira na capital peranaense.** Curitiba, PR: Ed. do Autor, 2010. 203 p. ISBN 9788591122509 (broch.).
242. PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 390 p.
243. PROGRAMAS DE AÇÃO AFIRMATIVA; SANTOS, Sales Augusto dos; BRASIL Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 397 p.:
244. QUEIROZ, Suely R. Reis de. **A abolição da escravidão.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 97 p.
245. RABASA, Gregory. **O negro na ficção brasileira: Meio século de história literária.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. 460 p.
246. REIS FILHO, Jose Tiago. **Ninguém atravessa o arco-íris: um estudo sobre negros.** São Paulo: Annablume, 2000. 126 p. ISBN 8574191574.
247. REZENDE, Ana Cristina de; ROMARCO, Evanize Kelli Siviero. **A influência da capoeira na vida de praticantes da cidade de Viçosa - MG:** Ana Cristina Costa de Rezende. Viçosa, MG, 2008. 68 f. Orientador: Evanize Kelli Siviero Romarco.
248. RIAL, Carmen Sílvia Moraes; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero. **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade.** Florianópolis: Mulheres, 2010. 427 p. ISBN 9788580470017 (broch.).
249. RIBEIRO, Antônio Lopes. **Capoeira terapia.** 3 ed. Brasília, DF: Secretaria dos Desportos, 1992. 53 p.
250. RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 1 ed. , 4. reimpr. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008. 435 p. ISBN 9788535907810 (broch.).
251. RIBEIRO, Rene. **Antropologia da religião e outros estudos.** Recãe: Fundação Joaquim Nabuco, 1982. 301 p.
252. RIBEIRO, Rene. **Cultos afro-brasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social.** 2.ed. Recãe: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978. 160 p.
253. RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 301 p., [16] p. de estampa ISBN 8520006876 (broch.).
254. RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Madras, 2008. xv, 254 p. ISBN 9788537003664 (broch.).
255. RODRIGUES, Nina; PIRES, Homero; SALES, Fernando. **Os africanos no Brasil.** 7 ed. São Paulo: Nacional, [Brasília, DF]: Ed. da UnB, 1988. xv, 283 p.

256. RODRIGUES, Thiago Donda. **A etnomatemática no contexto do ensino inclusivo**. Curitiba: CRV, 2010. 125 p. ISBN 9788562480355 (broch.).
257. ROSE, Arnold. **Negro: o dilema americano**. São Paulo: IBRASA, 1968. 379 p.
258. RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 473 p. ISBN 8520006264 (broch.).
259. SANTANA, Gabriela Santos Cavalcante; PRONSATO, Laura. **Um recorte brasileiro na dança contemporânea: 'capoeira Angola e o processo de criação'**. Viçosa, MG, 2006. ix, 58 f. Orientador: Laura Pronsato
260. SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. **Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça**. Recãe: Fundação Joaquim Nabuco, 2009. 203 p. ISBN 9788570194916 (broch.).
261. SANTOS, Corsino Medeiros dos. **O tráfico de escravos do Brasil para o rio da Prata**. Brasília, DF: Senado Federal, 2010 190 p. ISBN 9788570182722 (broch.).
262. SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília, DF: Ed. Câmara, 2013 298 p. (Temas de interesse do legislativo; 19). ISBN 9788540200210 (broch.).
263. SANTOS, João Felício dos. **Ganga-zumba**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1970. 251 p.
264. SANTOS, Jocélio Teles dos. **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012. 284 p. ISBN 9788588070158 (broch.).
265. SANTOS, Joel Rufino dos; FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA Ú ESTUDANTE. **A vida de Zumbi dos Palmares: caderno do aluno**. [Brasília, DF]: FAE, 1995. 37 p.
266. SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 82 p. ISBN (broch.).
267. SANTOS, Joel Rufino dos. **Zumbi**. 8.ed. São Paulo: Moderna, 1991. 60 p.
268. SANTOS, Luiz Silva. **Educação: educação física: capoeira**. Maringá, PR: Fundação Universidade Estadual de Maringá, 1990. 101 p.
269. SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima. **Ações afirmativas : políticas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DPCA, 2003. 213 p. ISBN 8574902608 (broch.).
270. SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2007 203 p. (Cultura Negra e Identidades). ISBN 9788575262887.
271. SARAIVA, Vera Lúcia; SILVA, Etelvina Maria Valente dos Anjos da. **Discriminação racial: como lidar com ela na sala de aula**. Viçosa, MG: UFV, DPE, 2005. 29 f. ISBN (broch.).
272. SCAR, João. **Escravidão & engenhos**: Campos, Sao Joao da Barra, Macae, Sao Fidelis. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985. 260 p.

273. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.,[8] de estampas ISBN 8571643296 (broch.).
274. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro: 1080 - 1850.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. 606 p. ISBN 8526805177 (broch.).
275. SECCO, Carmen Lúcia Tindó; SALGADO, Maria Teresa; JORGE, Silvio Renato; BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Pensando África: literatura, arte, cultura e ensino.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 255 p. ISBN 9788533305977 (broch.).
276. SILVA, Alberto da Costa E. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira 943 p. ISBN 8520917682 (broch.).
277. SILVA, Ana Célia da; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. FACULDADE DE EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA Ú ESTUDANTE. **Educação e discriminação dos negros.** Belo Horizonte: MEC / Fundação de Assistência ao Estudante, Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, 19688. 135 p. ISBN (broch.).
278. SILVA, Bruna Caroline Moreira; XAVIER, Wesley Silva. **Desconstruindo mitos: meritocracia e a lei de cotas.** Viçosa, MG, 2017 xii, 137 f. Orientador: Wesley Silva Xavier
279. SILVA, Elanir Pessoa Gomes da; NEIS, Ignácio Antônio. **O africanismo em batuque de Bruno de Menezes.** Porto Alegre, 1981. 122 p. Orientador: Ignácio Antônio Neis
280. SILVA, Etelvina Maria Valente dos Anjos da. **Discriminação racial: como lidar com ela na sala de aula.** Viçosa, MG: UFV, DPE, 2005. 29 f. ISBN (broch.).
281. SILVA, Eusébio Lôbo da. **O corpo na capoeira.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. 4v. ISBN 9788526808294 (v.2.).
282. SILVA, Inayá Bittencourt E. **O racismo silencioso na escola pública.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, UNIARA, 2009. 337 p. ISBN 9788586305757 (broch.).
283. SILVA JR., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais.** Brasília, DF: UNESCO, 2002. 96 p. ISBN 8587853805 (broch.).
284. SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço. **Mercedes Baptista: a criação da identidade negra na dança.** Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. 161 p. ISBN 9788575720172 (broch.).
285. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E Silva; SILVÉRIO, Valter Roberto; INEP. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e injustiça econômica.** Brasília, DF: INEP, 2003. 270 p. ISBN (broch.).
286. SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 133 p. ISBN 9788532624130 (broch.).

287. SILVÉRIO, Valter Roberto. **História geral da África: pré-história ao século XVI ; século XVI ao século XX.** Brasília, DF: MEC, UNESCO, São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2013. 2 v. ISBN 9788576520627 (v.1).
288. SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África.** Brasília, DF: UNESCO, MEC, São Carlos, SP: UFSCAR, 2013. 2 v. ISBN 9788576520627(broch.) v.1.
289. SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 328 p.
290. SOARES, Maria de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 303 p., [24] p. de estampa ISBN 8520005527 (broch.).
291. SOARES, Sergei Suarez Dillon; IPEA; ; FORD FOUNDATION. **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras.** Brasília, DF: IPEA, Rio de Janeiro: Ford Foundation, 2005. 193 p. ISBN 8586170763 (broch.).
292. SOUZA, Deusimar Aparecida de; PINTO, Denise Maria. **Relações raciais no ensino fundamental.** Viçosa, MG: UFV, DPE, 2005. 34 f. ISBN (broch.).
293. SOUZA, Jessé; SANTÔANNA, Alayde. **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos.** Brasília, DF: Paralelo 15, 1997. 275 p. ISBN 8586315109 (broch.).
294. SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano.** São Paulo: Ática, 2008. 173 p. ISBN 9788508114580.
295. SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo.** 1. reimpr ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 387 p. ISBN 8570412746 (broch.).
296. TEATRO experimental do negro testemunho. Rio de Janeiro, 1966. 170 p. Orientador: Renato Cruz, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa
297. TEIXEIRA, Carlos Alexandre; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Roda de capoeira e ofício dos mestres de capoeira:** Pesquisadores: Carlo Alexandre Teixeira. Brasília, DF: IPHAN, 2014 148 p. (Dossiê IPHAN ; 12). ISBN 9788573342659 (enc.).
298. TESKE, Wolfgang. **Cultura quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias - Tocantins:** rituais, símbolos e rede de significados de suas manifestações culturais : um processo folkcomunicacional de saber ambiental. Brasília, DF: Senado Federal, 2010. a 295 p. ISBN 9788570183422 (broch.).
299. THOMAS, Frankolin A. **Reflections on a multi-racial society:** Frankolin A.Thomas. New York: Ford Foundation, 1982. 20 p.
300. TREVISAN, Leonardo. **Abolição um suave jogo político?.** 5.ed. São Paulo, 1991. 55 p.
301. TRINDADE, Azoilda Loretto da; SANTOS, Rafael dos; SINDICATO ESTADÃOAL DOS PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO RIO DE

- JANEIRO. **Multiculturalismo**: mil e uma faces da escola. 3 ed. Rio de Janeiro: SEPE, DP&A, 2002. 157 p. ISBN 9788574901962 (broch.).
302. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS; Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desigualdades de raça e de gênero: objetivo 3**. Recãe: UFPE, 2004. 65 p.
303. VALENTE, Waldemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976 117 p.
304. VALLADARES, Clarival do Prado. **O impacto da cultura africana no Brasil: II Festival mundial de artes e cultura negra africana**, Lagos, Nigéria, 1977. [ Brasília, DF ]: [s.n.] 296 p.
305. VAN AMERINGEN, Marc; MANDELA, Nelson; INTERNATIONAL DEVELOPMENT RESEARCH CENTRE (CANADÁ). **Building a new South Africa**. Ottawa, CA: International Development Research Centre, c1995. 4 v. ISBN 0889367566 (v.1).
306. VIANA FILHO, Luiz. **O negro na Bahia**. 2.ed. São Paulo: Martins, 1976. 152 p.
307. VIÇOSO, Marcela Alves; OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Diversidade cultural e educação**: repensando a formação docente a partir dos PCNs. Viçosa, MG, 2011. 28 f. Orientador: Milton Ramon Pires de Oliveira
308. VIEIRA, Nara Córdova; SNIZEK, Andréa Bergallo. **'Com licença, povo do Congo, pros trambores no baque zoar'**: O Bloco na Festa de Nossa Senhora do Rosário. Viçosa, MG, 2013. 77 f. Orientador: Andréa Bergallo Snizek
309. VOVELLE, Michel. **Jacobinos e jacobinismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. 281 p. ISBN 857460061X.
310. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos vivências ladinhas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, História Social, 1998. 287 p. ISBN 8527104318 (broch.).
311. WOOD, Adrian; MAYER, Jorg. **Africa's export structure in a comparative perspective**. Genebra: United Nations, 1998. 111 p.